



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE HISTÓRIA

Israel Rodrigues Moreira

MITO ARTURIANO TRANSPASSANDO O TEMPO: a representação de Arthur em diferentes épocas através dos escritos de Nennius e Geoffrey de Monmouth

São Luís
2021

Israel Rodrigues Moreira

MITO ARTURIANO TRANSPASSANDO O TEMPO: a representação de Arthur em diferentes épocas através dos escritos de Nennius e Geoffrey de Monmouth

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Maria de Souza Zierer

São Luís
2021

Moreira, Israel Rodrigues.

Mito Arturiano Transpassando o Tempo: A representação de Arthur em diferentes épocas através dos escritos de Nennius e Geoffrey de Monmouth/ Israel Rodrigues Moreira. – São Luís, 2021.

67 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Maria de Sousa Zierer

ISRAEL RODRIGUES MOREIRA

MITO ARTURIANO TRANSPASSANDO O TEMPO: a representação de Arthur em diferentes épocas através dos escritos de Nennius e Geoffrey de Monmouth

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Maria de Souza Zierer

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Adriana Maria de Souza Zierer
Universidade Estadual do Maranhão

São Luís

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, ao universo por me dar tal oportunidade.

À minha mãe Lilia Regina, por todo apoio, compreensão, amor, esforço e por sempre estar comigo e com minhas decisões.

Ao meu pai Heleudo Moreira, por me inspirar, me dar determinação e conselhos.

Aos meus irmãos que estiveram comigo nessa caminha, sempre me alegrando e divertindo.

À minha namorada, amiga, companheira, conselheira, Alda Eunice por estar comigo nos meus melhores dias e ser razão para tal, e igualmente nos meus dias mais tempestuosos.

Agradeço aos meus familiares pelos incentivos e sorrisos dando estímulo aos meus dias, em especial vocês: Luís Fernando, Luísa Fernanda, Isadora Rodrigues, Luana Marinho, Tia Elisângela, Luciane Marinho. Muito obrigado!

Aos meus amigos da vida: Marcos Paulo, Samuel Victor, João Lucas, Wendel Teixeira, Matheus Felipe, Rodrigo Luiz, Tailson Cutrim, Tailton Cutrim, Lícia Lourena, Iasmin Carvalho, Layanne Cavalcante, Bruna Lima, Sabrina, Herik Eduardo, Wesley, Rayane Martins.

Aos meus amigos e parceiros da faculdade, especialmente: Gabriel Reis, Felipe Martins, Nayla Mendes, Brenda Mota, Sara Vitória, Mauro de Oliveira, Victória Karine, Vitor Gabriel, Antônio José, Diego Dias, Alda Eunice, Dandara e Itamiris Cantanhedes.

Aos meus amigos e colegas de grupo de pesquisa do *Brathair*, muito obrigado pelas conversas, risadas e ensinamentos que levarei para a vida. Especialmente aos meus amigos que começaram a iniciação científica junto comigo: Ricardo Marques, Gabriel Crispim, Felipe Campos, Laura Garcez, e um agradecimento especial à nossa amiga que nos observa lá de cima, Gabriele Damasceno, que você tenha encontrado a paz.

Agradeço infinitamente a minha orientadora Adriana Zierer, por todo estímulo, conselhos, obras emprestadas e dedicação comigo. Por ceder-me tal oportunidade de desenvolver minha pesquisa.

A todos os professores do curso de História da UEMA que contribuíram para minha formação acadêmica: Henrique Borralho, Ana Livia, Helidacy Correa, Milena Galdez, Fábio Monteiro, Elba Mota, Viviane Barbosa, Isaac Giribet, Marcelo Cheche, Yuri Costa, Mônica Piccolo, Elizabeth Abrantes, Júlia Constança e Carlos Ximendes.

Aos Funcionários do curso de História da UEMA, pelo carinho e atenção.

E a Artur ou Arthur! Meus sinceros agradecimentos a todos!

“A noite é mais escura pouco antes do amanhecer”
(Harvey Dent)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as obras escritas por Nennius e Geoffrey de Monmouth e suas respectivas representações. Através das obras, os autores retrataram aspectos e conceitos medievais relacionados a Arthur, referentes à religiosidade, à ordem militar, ao rei e às disputas políticas. Ainda que os autores tenham escrito em momentos diferentes, ambos demonstraram influências e interesses vinculados ao mito arturiano, no sentido de modificar-se de acordo com a sociedade, assim como o meio social alterar-se mediante o imaginário arturiano. Situamos os anos em que as obras foram feitas, o que permaneceu e o que foi modificado até meados do século XIII. Identificamos a importância de tais obras para a sociedade medieval, em especial a Bretanha, adotando o simbolismo de Arthur a sua própria história, significando na Idade Média um representante cristão e popular. As narrativas analisadas como um instrumento de representação social, elaboradas pelos autores galeses e que fazem parte do ciclo arturiano, são: *História dos Bretões* (800) e *A História dos Reis da Bretanha* (1130-1136). Tais produções possuem elementos importantes para o medievo, como a questão religiosa, a conduta cavaleiresca e o modelo de monarca.

Palavras Chaves: Nennius, Geoffrey de Monmouth, Arthur.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the works written by Nennius and Geoffrey de Monmouth and their respective representations. Through the works, the authors portrayed medieval aspects and concepts related to Arthur, referring to religiosity, the military order, the king and political disputes. Although the authors write at different times, both demonstrate influences and interests linked to the Arthurian myth, in the sense of changing according to society, as well as the social environment changing through the arthurian imagination. We locate the years in which the works were made, what remained and what was modified until the mid-13th century. We identified the importance of such works for medieval society, especially Brittany, adopting Arthur's symbolism to its own history, meaning in the Middle Ages a Christian and popular representative. The narratives analyzed as an instrument of social representation, elaborated by the Welsh authors and part of the Arthurian cycle, are: *History of the Britons* (800) and *The History of the Kings of Britain* (1130-1136). Such productions have important elements for the medieval, such as the religious question, the knightly behavior and the monarch model.

Keywords: Nennius, Geoffrey de Monmouth, Arthur.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CAPÍTULO: O CONTEXTO HISTÓRICO MEDIEVAL DA BRETANHA ENTRE OS SÉCULOS V E XIII.....	17
1.1 Contexto histórico bretão relacionado à primeira Idade Média.....	17
1.2 Os povos germânicos em território bretão.....	19
1.3 Aspectos estruturais do século IX	21
1.4 Características dos medievais entre os séculos X e XIII.....	23
1.4.1 A Economia.....	23
1.4.2 A Igreja	27
1.4.3 Nobreza e Cavalaria	30
1.4.4 O Rei	32
2 CAPÍTULO: O MITO ARTURIANO NA <i>HISTÓRIA DOS BRETÕES</i> E NA <i>HISTÓRIA DOS REIS DA BRETANHA</i>	36
2.1 A concepção de mito	36
2.2 Artur e sua primeira aparição escrita.....	38
2.3 A <i>História dos Reis da Bretanha</i> (1130 – 1136).....	43
2.4 <i>Lancelot: O Cavaleiro da Carreta</i>	52
2.5 Século XIII: <i>A Demanda do Santo Graal</i>.....	53
3 CAPÍTULO: MITO ARTURIANO ENTRE A LITERATURA E A HISTÓRIA	56
3.1 A primeira fase mito arturiano e sua utilização	56
3.2 Religião e Artur	57
3.3 Política e Artur	59

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

Esta monografia, intitulada *Mito Arturiano transpassando o tempo: a representação de Arthur em diferentes épocas através dos escritos de Nennius e Geoffrey de Monmouth*, tem por finalidade analisar a feitura de ambas as produções, assim como a simbologia e representação no meio social da Alta Idade Média até a Idade Média Central (V-XIII), mais precisamente até a produção da obra *A Demanda do Santo Graal*. Para a construção deste trabalho utilizamos como fontes medievais, a *História dos Bretões (Historia Brittonum)* e a *História dos Reis da Bretanha (Historia Regum Britanniae)*, e também o manuscrito do século XIII, *A Demanda do Santo Graal*. Damos ênfase em especial ao papel que Arthur ocupa nas obras, pois as produções ampliam uma visão sobre a Bretanha e outros personagens.

Devemos ressaltar que esta pesquisa não detém foco sobre o debate da existência ou não de Arthur, mas sim, em como ele ainda que atuando somente no imaginário conseguiu permanecer no imaginário bretão. Nessa ligação entre aspectos históricos e literários, percebemos como existe uma forte comunicação entre ambos os lados ao se tratar de Arthur Pendragon, já que mesmo que historicamente o mesmo não tenha existido, ele podia simbolicamente se equiparar a forças reais e até mesmo sobrepô-las, e nele estão presentes os valores que tais sociedades carregavam na época. Dessa maneira, o estudo deste personagem é de suma importância até mesmo em relatos históricos quando não existem outras fontes para além das narrativas, já que “O imaginário é tão significativo nas sociedades que é encarado como uma realidade efetiva” (BARROS, 2004, p. 92).

Ao pensarmos sobre a constituição da figura arturiana, observa-se também a sua ligação mítica e também cristã. A sua relação com a Cristandade torna-se mais estreita à medida que o poder da Igreja se catalisa na medievalidade. Em sua primeira aparição escrita, na obra do monge galês Nennius, *História dos Bretões* (c.800), Arthur não figura como um grande representante da religião cristã, mas já apresenta indícios de interesses religiosos.

Nennius foi um monge galês que viveu durante o século IX, autor da *Historia Brittonum*, título original da obra utilizada como fonte. Tal obra foi escrita em latim. Neste relato, o autor se coloca como um escritor de fatos, relatando sobre acontecimentos na Bretanha, a fim de que este conteúdo possa servir para momentos futuros. Nennius escreve:

Eu reuni, com dificuldade, está história de várias fontes, e me esforcei devido à humilhação, para entregar à posteridade as poucas notícias remanescentes sobre as realizações do passado, para que elas não pudessem ser esmagadas com o pé, vendo que uma ampla safra já havia sido arrancada pelos ceifeiros hostis das nações estrangeiras. Pois muitas coisas estiveram no meu caminho, e eu, até hoje, tive grande dificuldade em entender, mesmo superficialmente, os ditos dos outros homens; muito menos fui capaz em minhas próprias forças,

mas como um bárbaro, assassinei e corrompi a língua de outros (NENNIUS, 2002, cap. 1. Tradução: Adriana Zierer)

Sabendo que o conhecimento histórico no princípio da Idade Média é escasso, o trabalho de Nennius, mesmo não pertencendo ao campo historiográfico é extremamente importante para obter informações da época, ainda que talvez distorcidas, pois como o mesmo coloca,

“corrompeu” e “assassinou” a língua de outros.

Por se tratar de relatos mais antigos, Nennius em boa parte de obra não expõe a sua opinião sobre tais histórias, e somente narra, no sentido de dar uma tônica realmente mais factual, como se tudo que foi colocado ali fosse cronologicamente verídico, de Bruto¹ até a aparição de Arthur. Tratando sobre os povos e os governantes que habitaram o território, e escrevendo até mesmo de aspectos geográficos presentes na Bretanha. Neste momento Nennius ainda não trata sobre as camadas medievais: oratores², bellatores³ e laboratores⁴.

A tradução utilizada para embasar esta pesquisa foi realizada pela Prof^a Dr^a. Adriana Zierer, orientadora deste trabalho, e encontra-se disponível no livro Testemunhos da História: Documentos de História Antiga e Medieval, assim como na internet (ricardocosta.com).

A outra fonte analisada, *A História dos Reis da Bretanha*, originalmente com o título de *Historia Regum Britanniae* escrita entre os anos de 1130 e 1136, por Geoffrey de Monmouth, também em latim, sofreu influência direta da produção de Nennius, três séculos após Nennius demonstrar a primeira aparição de Arthur, novos elementos são agregados ao mito arturiano, e o enredo também é modificado.

Godofredo ou Geoffrey de Monmouth foi um clérigo galês, e tornou-se um dos principais cristalizadores do mito arturiano, assim como foi ele que colocou Arthur como rei nas lendas bretãs. Geoffrey segue um enredo similar ao que Nennius coloca, no entanto adiciona personagens e novas situações ao mito arturiano. Mais uma vez lembrando, que sua obra é uma base fundamental para o embasamento desta pesquisa, no entanto ela não retrata somente a figura de Artur, mas também disserta sobre a construção da Bretanha e suas dinastias, e também coloca questões políticas na sua escrita e no papel de Arthur dentro da Bretanha, como um ascender a rei ideal ou divino.

¹ Brutus, ou Bruto de Troia, líder romano, sendo citado, como o fundador epônimo e primeiro rei da grã-Bretanha. Esta lenda aparece pela primeira vez na *História dos Bretões*, um escrito medieval anônimo do século IX, mas é mais conhecida a partir conta ao século XII, pelo cronista Godofredo de Monmouth, em sua *Historia Regum Britanniae*.

² Oratores eram os pertencentes da religião, aqueles que cuidavam de todas as questões da Igreja. Ou seja, eram todos os membros do clérigo.

³ Os bellatores eram aqueles encarregados das atividades de defesa e ataques, ou seja, eram atividades militares. Eles eram os cavaleiros, nobres e os senhores feudais.

⁴ Os laboratores, era a população na camada mais baixa, responsável por “sustentar” os outros dois grupos.

Podemos notar então que são obras que foram moldadas em tempos distintos e por autores com interesses divergentes. Ambas possuem seus interesses próprios e intenções para com a sociedade, a constituição da figura ideal, serviria de modelo em diversos âmbitos, mas especialmente no religioso. Segundo o historiador Le Goff, o imaginário medieval é marcado fortemente pela religião cristã e os elementos que dela fazem parte: “[...] o imaginário daquela época manifestava-se pela visão que os homens tinham da própria divindade, objeto de sua crença, de suas preces, de sua admiração” (LE GOFF, 2003, p. 63). Nosso trabalho tem por finalidade identificar e analisar os aspectos que aproximam as duas obras como também aqueles que diferenciam as concepções quem envolvem o mito arturiano e a função de Arthur nesses contos e histórias, dando destaque à ideia de modelo ideal, em especial como comandante e rei.

O objetivo geral do trabalho consiste em analisar o imaginário do mito arturiano nas obras medievais, *História dos Bretões* e *A História dos Reis da Bretanha*. E objetivos específicos: identificar os elementos semelhantes e diferentes nas fontes. Discutir sobre a representação de Arthur nas obras. Perceber como Arthur influenciou a sociedade medieval da Alta Idade Média e início da Baixa Idade Média.

A metodologia utilizada no trabalho consiste em uma seleção de momentos. A escolha de analisar Arthur dentro das duas obras se deu após a realização das leituras completas, observamos então como modificou-se com o tempo, escritor e sociedade os ideais e concepções que cerceavam Arthur, além de ter vínculo direto com o papel do rei e da Igreja na sociedade medieval, e ainda percebemos a interferência do papel de Arthur entre os membros da cavalaria.

A obra do século XII, diferente da produção de Nennius que irá retratar mais aspectos de “origem”, está se volta para o estabelecimento de conexões mais religiosas, vinculando a ideia de rei ideal a Uther⁵, e posteriormente à Arthur. O papel da linhagem torna-se igualmente importante, pois somente aquele que detivesse o sangue *pendragon*⁶, seria capaz de trazer harmonia a Bretanha, e derrotar invasões.

Vale ressaltar que entre os séculos V e X, o território bretão entrou em diversos conflitos por domínio de território, em destaque podemos colocar a invasão dos saxões que influenciará diretamente a confecção das histórias sobre Arthur. Ou seja, em um momento de inconsistência territorial e do poder, surgem os contos que irão compor o mito arturiano, servindo assim de esperança para a população bretã de dias melhores e a harmonia. No século X, após resistir a

⁵ Uther Pendragon foi um lendário Rei dos Bretões e pai do Rei Arthur. A história de Uther é contada pela primeira vez por Godofredo de Monmouth, em sua "História dos Reis da Grã-Bretanha"

⁶ *Pendragon*, significando *cabeça do dragão*, foi um título utilizado entre os reis bretões. *Drag* era a palavra irlandesa para *fogo*. Os celtas usavam a palavra *dragon* no sentido de chefe, e *pen-dragon* era o equivalente romano a *summus rex*, uma espécie de *ditador* em tempos de perigo. Dos cavaleiros que matavam um chefe inimigo em batalha, dizia-se que haviam matado um dragão, e o título militar se confundiu com o monstro mitológico. Quando Artur sucedeu a seu pai, Uther, recebeu o título de *Pendragon*.

diversos ataques e conflitos, unificou-se politicamente. Ainda que estivessem em escassez econômica, segundo Franco Junior “ [...] ou seja, uma pequena produtividade agrícola e artesanal, conseqüentemente uma baixa disponibilidade de bens de consumo e a correspondente retração do comércio e, portanto, da economia monetária” (FRANCO JÚNIOR, 1986, p.39).

No início da Baixa Idade Média, ou para alguns estudiosos, na Idade Média Central, por volta do século XIII, a Igreja que detinha muito poder e influência na época volta a ter conflitos com os povos germânicos, mas estes últimos mais uma vez saem derrotados. Modificações também ocorreram em setores de cultivo, a agricultura passou para o aspecto senhorial⁷.

Para debatermos assuntos mais específicos como o pensamento político, o progresso dos outros aspectos sociais, utilizamos autores como Hilário Franco Júnior (*A Idade Média: Nascimento do Ocidente*), Marc Bloch (*A Sociedade Feudal*) e Georges Duby (*A Sociedade Cavaleiresca*). Devemos deixar claro, que ao falarmos de pensamento político e “progresso”, estamos nos referindo ao papel do rei e das entidades que detinham maior influência sobre tal elemento, como também a função da Igreja. De modo mais específico analisando a manutenção e o controle estabelecido por tais instituições.

Com o objetivo de perceber o alcance e influência de Arthur, utilizamos o manuscrito *A Demanda do Santo Graal*⁸, versão traduzida de Heitor Megale, e torna-se importante salientar, que Arthur não é o protagonista da obra, no entanto, ele é o principal propagador das aventuras e dos ideais, principalmente por ser o líder e governante de grande prestígio e visibilidade, sendo o principal modelo e elemento para sua corte.

Sobre a questão de relação entre a História e Literatura, utilizamos como base essencial a discussão da autora Sandra Pesavento, e segundo a mesma, o campo literário aproximasse do verossímil, e essa aproximação estabelece uma comunicação com o âmbito histórico. Assim como utilizamos o papel da representação tratado por Le Goff, como sendo um aspecto que vai denunciar o pensamento da época sobre as concepções estabelecidas. Este trabalho monográfico pretende atuar desta maneira, dessa maneira, quando nos voltamos para os escritos que envolvem a *História dos Bretões* e *A História dos Reis da Bretanha*, nosso intento principal é perceber como os acontecimentos literários são modificados de acordo também com os históricos, e vice-versa, além de analisar como são representados.

Integrado a uma contextualização histórica, usaremos outros escritores como complemento. Acerca de discussões sobre o imaginário medieval e a cultura literária, com Mircea Eliade (*Mito e Realidade*), o autor Jean Jacques Le Goff (*O Imaginário Medieval*) assim

⁷ No desenvolvimento da agricultura, foram se organizando enormes domínios senhoriais. Esses domínios eram divididos em duas partes: a reserva senhorial e os mansos.

⁸ *A Demanda do Santo Graal* é o nome de uma das obras literárias medievais sobre as lendas do rei Artur e os cavaleiros da Távola Redonda escrita originalmente em francês antigo no século XIII.

como também influência sobre alguns modos de conduta de época, como Ramon Llull (*Livro da Ordem de Cavalaria*).

Durante toda monografia, adotamos a concepção de imaginário e representação relacionados ao contexto social, sobretudo, evidenciando Arthur como propagador de ideais religiosos e em certos termos pedagógicos, um cavaleiro pode derramar sangue de modo “sujo”⁹ ou em nome da Igreja, então tudo também será relacionado ao quesito representação e também aos interesses de determinados grupos sociais. É certo que algumas situações nesta análise, devido aos limitantes, abordamos alguns aspectos de modo mais geral e outros de modo mais aprofundado.

Para observarmos as adaptações ao tempo e a relação com a construção de cavaleiro e modelo ideal, utilizamos do autor francês Chrétien de Troyes (*Lancelot: o cavaleiro da charrete*), que incluiu no mito arturiano, Lancelot, cavaleiro “braço-direito” de Arthur e que englobará de modo significativo alguns símbolos no imaginário arturiano, sendo um dos principais a questão do cavaleiro que valoriza o amor cortês¹⁰.

O **primeiro capítulo** funciona como âmbito de contextualização das obras e seus respectivos autores, assim como trabalhamos com as modificações ocorridas, especialmente no Ocidente Medieval entre os séculos V e o XIII, claro que com algumas limitações com relação a fontes e documentação escrita. De modo notório nos dedicamos mais aos aspectos que foram levantados entre os séculos IX e XIII, pois, foram os momentos em que as obras que analisamos foram originalmente escritas, e nesse sentido, observamos também a funcionalidade de tais épocas, com relação a sua recepção e influência nas obras. Discutimos de modo sintético como se deu o desenvolvimento da Igreja, economia e os aspectos econômicos durante estes séculos, lembrando também do crescimento das cidades e de modificações no cristianismo.

Ainda durante estes séculos, destacamos a influência do papel do rei e da Igreja, pois tornaram-se os componentes de predominância em se tratando do mito arturiano. Mas também nos servimos de aspectos cavaleirescos, pois é onde, segundo Nennius, Artur se destaca em sua primordial aparição. Para mais, trabalhamos com a composição geográfica da Bretanha medieval e regiões de cultura céltica. Por fim, debatemos sobre o papel da cavalaria seja em comunhão com a Igreja, ou com a nobreza, em especial entre os séculos XII e XIII.

O **segundo capítulo** é quando debatemos sobre a questão do mito e representação de Artur nas duas fontes literárias escritas na Idade Média, como trabalhamos com a ideia de aproximação entre o imaginário e o verossímil histórico, dividimos tal debate em dois momentos; a literatura e representação do mito arturiano (nas obras destacadas) e a relação entre

⁹ Sujo, referente aos cavaleiros que caíram nos vícios mundanos.

¹⁰ Amor cortês foi uma concepção adotada durante a Idade Média, que atribui atitudes, mitos e modos de comportamentos para engrandecer o amor, incluindo a ideia de romance.

os momentos históricos e a literatura nas camadas sociais medievais (*oratores, bellatores e laboratores*). Neste capítulo, trabalhamos somente com o primeiro ponto, sendo assim, nós analisamos a constituição da concepção de mito e suas principais representações.

Para estabelecermos este debate, primeiro demonstramos a ideia de mito e como este conceito está também vinculado à realidade, assim como percebemos a multiplicidade das representações, podendo desta forma ser percebida em diversos aspectos sociais. Entretanto, ao que antecede a discussão do mito e das representações que são observadas em a *História dos Bretões* e *A História dos Reis da Bretanha*, torna-se importante salientar as “invasões”¹¹ e os conflitos de território, em destaque, em combate contra os pagãos de outros territórios.

O **terceiro** e último **capítulo** tem por objetivo discutir e analisar as relações entre os momentos históricos e a literatura na sociedade medieval, dessa maneira, analisando de modo mais aprofundado as obras, *História dos Bretões* (HB) e *A História dos Reis da Bretanha* (HRB), e também como produção suplementar *A Demanda do Santo Graal* (DSG), todas elas servindo de modelo para condutas sociais, em especial relacionadas à Cristandade e aos aspectos políticos exercidos pelo rei. Percebendo como a visão da sociedade medieval de Arthur como rei, modificou o comportamento, e também os valores cavaleirescos, contribuindo para o direcionamento destes para o vínculo religioso, e servindo também de “modelo ideal”¹², seja como cavaleiro, seja como rei, um dos expoentes de esperança para a população daquela época.

Com relação a obra de Nennius, a *História dos Bretões*, percebemos que não houve uma preocupação do autor, para com o meio em que se encontrava, mas detendo importância no sentido de ligações mais simples a questões religiosas, e também inspirando um ideal de esperança e de glória. Por fim, analisamos a representação do mito arturiano nas duas obras (HB e HRB), observando que existem intenções diferentes dos autores, que variaram por conta do meio em que foi produzida. Sendo assim, identificamos a relação do mito arturiano, com o divino e também com o místico, para ser uma figura que tramitaria entre as camadas.

É extremamente importante salientar que a separação entre a construção e representação do mito arturiano e a relação entre os momentos históricos e a literatura nas camadas medievais das obras citadas é somente em função didática para aprofundar a análise, como citamos entre o primeiro e o segundo capítulo, o mito, a representação e os acontecimentos reais/históricos, vão demonstrar uma via de mão dupla, a influência será percebida das diferentes nuances. Em alguns momentos as noções aqui situadas irão se comunicar e entrelaçar.

¹¹ Invasões, em se tratando do mito arturiano, salientamos duas: a saxã, por sua ligação direta a construção do mito, e a viking ou germânica, por conta importância histórica no território, expandindo não apenas com o uso de força.

¹² Modelo Ideal, um ser que se aproximaria de uma personificação divina, por sua ligação com a religião e por seu modo de conduta servi de exemplo para o povo.

Este trabalho monográfico possui, dessa maneira, a finalidade alimentar uma discussão acerca do mito arturiano, dando foco ao modo como seu imaginário e sua representação transformou-se com o meio social e o tempo. Analisando toda essa conjuntura, é viável instituir conexões entre as duas fontes, manifestando as semelhanças relacionadas ao papel de comandante e sua função religiosa

1 CAPÍTULO: O CONTEXTO HISTÓRICO MEDIEVAL DA BRETANHA ENTRE OS SÉCULOS V E XIII

O contexto que retrataremos aqui, está relacionado com o momento em que alguns autores entendem como Alta Idade Média (séculos V ao X) e o início da Baixa Idade Média, ou, segundo alguns escritos a Idade Média Central (séculos XI ao XIII). Nesses momentos diversas mudanças ocorreram, e alguns desses aspectos desse contexto históricos são de extrema importância para o estudo das fontes que trabalhamos neste trabalho. Dito isso, escolhemos deter foco de forma mais detalhada nos acontecimentos históricos dos séculos IX ao XIII dos territórios bretões e celtas medievais. No decurso do capítulo, demos atenção às estruturas e camadas sociais, mas com ênfase especial às concepções religiosas, bem como o contexto bretão, com algumas influências célticas, entre os séculos IX e XIII com os escritos Nennius e Geoffrey de Monmouth.

Com relação ao mito arturiano no contexto medieval, devemos observar também que tal figura não ficou somente fincada em territórios bretões, como migrou para outras regiões e idiomas, colocado isso, devemos também analisar a funcionalidade da medievalidade entre os séculos como um todo.

1.1 Contexto histórico bretão relacionado a primeira Idade Média

Os primeiros registros que vão influenciar o mito arturiano, datam do século V.

Antecedendo este século, os saxões¹² já povoavam a região localizada mais ao sul da Bretanha. Na transição entre os séculos IV e V, a população saxã que até então se concentrava mais ao sul, começou a acentuar movimentos ofensivos nas Ilhas Bretãs¹³, na tentativa de colonizar alguns territórios. Ainda durante as investidas saxãs o Império Romano se retirava também do território, dessa maneira, abrindo território para que a possível dominação dos Saxões tomasse mais força, e tal processo de domínio se estendeu até o século IX. Provenido do Leste, eles ocuparam o centro da Ilha, a princípio não dominaram os territórios que atualmente são conhecidos como Escócia e Cornualha, posteriormente tais regiões seriam conquistadas.

É importante salientar a escassez de informações relacionadas em especial a transmutação cultural entre o povo bretão e saxão. Alguns autores defendem a ideia de

¹² Os saxões foram uma confederação de povos germânicos em territórios do norte da Germânia.

¹³ Referente as atuais Ilhas Britânicas são um grupo de ilhas situado ao largo da costa noroeste da Europa continental, que consiste da Grã-Bretanha, da Irlanda, e de muitas ilhas adjacentes às duas maiores.

Antiguidade Tardia no princípio da Idade Média, expressão relacionada ao domínio romano, mas, segundo Hilário

Franco Junior “... talvez seja melhor chamá-la de Primeira Idade Média do que usar o velho rótulo de Antiguidade Tardia, pois nela teve início a convivência e a lenta interpenetração dos três elementos históricos que comporiam todo o período medieval. Elementos que, por isso, chamamos de Fundamentos da Idade Média: herança romana clássica, herança germânica, cristianismo.” (FRANCO JUNÍOR, 2001, p. 15).

Sobre o início da Alta Idade Média, ou a primeira Idade Média, ocorreu uma profunda crise em meados do século III, pois neste momento o Império Romano com suas forças exauridas, tentou a sobrevivência a partir da criação de novas estruturas, que não deram o resultado esperado, sendo que algumas delas até agilizou o processo de seu esfacelamento. No entanto percebemos que ainda depois da derrocada Romana, algumas dessas estruturas permaneceram por algum tempo:

Foi o caso, por exemplo, do caráter sagrado da monarquia, da aceitação de germanos no exército imperial, da petrificação da hierarquia social, do crescente fiscalismo sobre o campo, do desenvolvimento de uma nova espiritualidade que possibilitou o sucesso cristão. Nesse mundo em transformação, a penetração germânica intensificou as tendências estruturais anteriores, mas sem alterá-las. Foi o caso da pluralidade política substituindo a unidade romana, da concepção de obrigações recíprocas entre chefe e guerreiros, do deslocamento para o norte do eixo de gravidade do Ocidente*, que perdia seu caráter mediterrânico. O cristianismo, por sua vez, foi o elemento que possibilitou a articulação entre romanos e germanos, o elemento que ao fazer a síntese daquelas duas sociedades forjou a unidade espiritual, essencial para a civilização medieval. Isso foi possível pelo próprio caráter da Igreja nos seus primeiros tempos. De um lado, ela negava aspectos importantes da civilização romana, como a divindade do imperador, a hierarquia social, o militarismo. De outro, ela era um prolongamento da romanidade, com seu caráter universalista, com o cristianismo transformado em religião do Estado, com o latim que por intermédio da evangelização foi levado a regiões antes inatingidas. (FRANCO JUNÍOR, 2001, p.15-16)

Ainda nesses aspectos estruturais pode-se salientar outros exemplos, como a diminuição na mão de obra escrava, ocorrendo conseqüentemente uma queda na produção, relação direta com o colonato¹⁴ e à autossuficiência. Assim como, o aumento de domínio territorial por parte de Roma no princípio medieval, fez com que as províncias buscassem por autonomia, já que as preocupações do Império Romano, se somavam em outros elementos, entre eles, a malária, que assombrou o povo entre os séculos III e V.

¹⁴ Com a crise na economia romana, grandes proprietários de terras resolveram implementar uma nova estratégia. O colonato foi um regime em que os maiores donos de terras cederam-nas para pessoas pobres dos campos e das cidades, na tentativa de resgatar a economia.

Ao falarmos de imaginário, devemos também estabelecer vínculos com relação ao pensamento da população naquele momento de crise, e de novas estruturas surgindo, e acerca disso, o fatalismo¹⁵ também integra a essas fissuras, pois como o cristianismo utilizava deste ideal, a população aceitou as mudanças, sendo elas boas ou não, como uma espécie de destino.

Apesar das fontes relacionadas ao princípio da Idade Média serem bem limitadas, podemos afirmar que já existia mesmo que em menor medida, uma relação com os ideais cristãos. Existe na *Crônica anglo-saxônica* (1-748 d.C) somente um evento ocorrido no século III que foi relevante ao ponto de ser citado na obra. No ano 283 d.C aparece a figura de Santo Albano¹⁶, o primeiro Mártir¹⁷ da Grã-Bretanha. Ou seja, em escrita, a primordial personalidade cristã.

1.2 Os povos germânicos em território bretão

Necessitamos salientar algumas mudanças que ocorreram, que se intensificaram no século V, como já colocado anteriormente, as constantes crises do Império Romano fizeram com que no ano de 410 d.C, Roma se retirasse do território, dessa maneira a investida dos povos germânicos, entre eles o mais citado, a população saxã, aumenta de modo exponencial as investidas por volta do ano de 449 d.C, dominando os territórios bretãos:

Nesse ano Marciano e Valentiniano assumiram o império e reinaram por sete invernos. Durante seu reinado, Hengist e Horsa, convidados por Wurtigern, rei dos britânicos, para ajudá-lo, aportaram na Bretanha em um local chamado Ipwinesfleet. Primeiramente vieram para apoiar os britânicos, mas depois lutaram contra eles. O rei os ordenou para lutarem contra os pictos, e assim fizeram, e obtiveram a vitória sobre todos que enfrentaram. Então eles se comunicaram com os anglos, desejando que enviassem mais ajuda. Eles desprezaram a inutilidade dos britânicos, e a riqueza das terras. Então eles enviaram mais ajuda. E então vieram os homens de três poderes da Alemanha; os velhos saxões, os anglos, e os jutos. Os homens de Kent, os Wightwarians (isto é, a tribo que agora habita a Ilha de Wight), e os parentes em Wessex que os homens ainda chamam de parentes dos jutos, são descendentes dos Jutos.

Dos Velhos Saxões vieram os povos de Essex e Sussex e Wessex. Da Ânglia, que desde então permaneceu abandonada entre os jutos e os saxões, vieram os anglos do Leste, os anglos do Meio, os mercianos, e todos aqueles ao norte de Humber. Os seus líderes eram dois irmãos, Hengist e Horsa; que eram os filhos de Wihtgils; Wihtgils era filho de Witta, Witta de Wecta, Wecta de Woden. E do Woden surgiu todo o nosso parentesco real, e dos sulúmbrios também. (TAYLOR e PAES FILHO, 2004, p. 49)

¹⁵ Fatalismo é um termo de sentido filosófico muito ambíguo o qual, geralmente, expressa que o 'destino' consiste numa força exterior que determina, previamente, o transcorrer das vidas humanas

¹⁶ Santo Albano é um santo, primeiro mártir da Grã-Bretanha. Faleceu em Verulâmio, sítio da atual São Albano, e sua festa é celebrada em 17 e 22 de junho.

¹⁷ Testemunho cristão e relato histórico da vida na igreja na antiguidade e medievalidade, que equivalia a martírio pela fé.

Ainda segundo a *Crônica*, e o escrito de Nennius (*História dos Bretões*), tais povos foram primeiro recebidos, e não somente invadiram, eles em primeiro momento teriam ajudado os bretões, contra o Império Romano e outros invasores, e observando depois o enfraquecimento do exército bretão, aproveitaram o momento para dominar o território.

O domínio anglo-saxão durou até século XI. Entre os povos que compunham esse controle, estavam os anglos, saxões, frísios e jutos. Durante o governo anglo-saxão a Bretanha passou por mudanças, assim a população germânica também se modificou no território dominado. A transmutação cultural neste aspecto é um ponto crucial na análise desse momento da Bretanha.

Nennius escreve entre os séculos VIII e IX, devemos entender como estava a sociedade medieval durante esse momento. Até o século IX, a Grã-Bretanha Anglo-saxã, era dividida em sete (7) reinos, historicamente conhecidos, Sussex¹⁸, Mércia¹⁹, Wessex²⁰, Nortúmbria²¹, Kent²², Ânglia Oriental²³ e Essex²⁴, a chamada Heptarquia. Vale ressaltar que existiam outras regiões que compunham a Bretanha naquele período, no entanto, com relação a sua importância histórica, e sua relação ao mito arturiano, a Heptarquia é o ponto focal nesse quesito.

Ainda falando dos reinos que compunham a Heptarquia, eram considerados reinos pagãos em seu princípio. Em meados do século VII, os sete são cristianizados, observamos então como a inserção religiosa começa também a ser trabalhada nos aspectos escritos, o exemplo maior é a produção atribuída a Nennius, onde já observamos a ligação com alguns elementos, mesmo ínfimos, com a cristandade.

O conceito de Heptarquia apareceu com Henrique de Huntingdon²⁶, cronista inglês, escreveu entre os anos de 1123 e 1154, a *História do Povo Inglês*. Sua obra sofreu influência de outras produções mais antigas, a *História Eclesiástica do Povo Inglês*²⁷ e a *Crônica AngloSaxônica*. Aos olhos de Henrique as invasões sofridas pela Grã-Bretanha foram resultado dos pecados praticados pela população.

Os povos germânicos mantiveram sua hegemonia por entre os séculos V e XI, no entanto, entre esses anos de harmonia anglo-saxã, existiram ainda outros conflitos contra o povo nórdicos. Provenientes dos atuais territórios da Noruega e Dinamarca, chamados de o Grande

¹⁸ O reino de Sussex ou reino da Anglo-Saxônia Meridional. Seus limites coincidiam em linhas gerais com o anterior Reino dos *Regini* e o posterior condado de Sussex.

¹⁹ O reino de Mércia se localizava na região das Midlands, com centro no vale do rio Trent.

²⁰ O reino de Wessex ou reino da Saxônia Ocidental, situado no sul e sudoeste da Grã-Bretanha.

²¹ O reino de Nortúmbria ocupava a região norte da Inglaterra moderna, até parte do que é hoje o sudeste da Escócia.

²² O reino de Kent foi um Estado dos jutos no sudeste da Inglaterra.

²³ O reino da Ânglia Oriental localiza-se na região que hoje compreende aos condados de Norfolk e Suffolk, na Inglaterra.

²⁴ O reino de Essex ocupava o território ao norte do rio Tâmsa e a leste do rio Lea.

Exercito Pagão. Os vikings pretendiam tomar o território bretão, com uma investida poderosa, que contava com um exército bastante numeroso em comparação com as forças bretãs.

Um dos pontos fortes deste povo seria baseado também sobre o domínio que tinham sobre a navegação, enquanto alguns tinham medo de encarar os mares, para tais, serviam como caminhos que conheciam e não temiam como outros:

E isto porque, para os Normandos como para os Sarracenos, as águas não eram mais do que uma via para as presas terrestres. Ainda que não desdenhassem, uma vez por outra, os ensinamentos de cristãos desertores, possuíam uma espécie de ciência inata dos rios, familiarizando-se tão rapidamente com a complexidade das suas vias que, em 830, alguns deles haviam podido servir de guias ao arcebispo Ebbon, a partir de Reims, na fuga daquele ao seu imperador. Diante das proas dos seus barcos, a rede ramificada dos afluentes abria a multiplicidade dos seus desvios, propícios às surpresas. No Escalda, são assinalados até Cambrai; no Yonne, até Sens; no Eure, até Chartres; no Loire, até Fleury, muito a montante de Orléans. Na própria Grã-Bretanha, onde os cursos de água, além da linha das marés, são muito menos propícios à navegação, o Ouse levou-os, apesar disso, até York, o Tamisa e um dos seus afluentes, até Reading. Se as velas ou os remos não eram suficientes, recorriam à sirga. Muitas vezes, para não carregarem demasiado as naves, um destacamento seguia por via terrestre. Era preciso alcançar as margens, em fundos muito baixos? Ou, para proceder a uma pilhagem, utilizar um ribeiro de águas pouco profundas? As canoas saíam dos barcos. Pelo contrário, era necessário contornar o obstáculo de fortificações que obstruíam a corrente da água? Improvisavam um transporte por terra, para o barco; assim fizeram em 888 e em 890, para evitarem a passagem por Paris. Lá longe, no leste, nas planícies russas, os mercadores escandinavos não tinham adquirido uma longa prática destas alternâncias entre a navegação e o transporte dos navios, de um rio para outro, ou ao longo das quedas de água? (BLOCH, 1987, p.36)

O início da tentativa de domínio de território foi pela região da Anglia Oriental em 865 d.C. Sua primeira tentativa de domínio data de 868 d.C, marchando à Mércia foi cercado por

²⁶ Henrique de Huntingdon nasceu em 1080 e morreu em 1160, foi um cronista inglês da Idade Média.

²⁷ História Eclesiástica do Povo Inglês é um livro escrito por São Beda, para contar a história do cristianismo e dos ingleses, finalizado por volta de 731 d.C. uma força conjunta do Reino de Mercia e Wessex. Vagando em território de todos os reinos, no ano de 874 d.C, somente Wessex não foi dominado; em uma segunda tentativa de dominar Wessex, Alfredo²⁵, o grande, conseguiu derrotar os vikings, na batalha conhecida como Batalha de Ethandun²⁶, e foi acordado que o controle do norte e leste seria dos povos nórdicos.

1.3 Aspectos estruturais do século IX

Com respeito ao que já citamos acima, o domínio romano, e posteriormente conflitos por conta de invasões territoriais, devemos perceber as mazelas em que a população passou, como as inúmeras perdas, pelos conflitos, fome ou doenças. A Alta Idade Média começou

²⁵ Alfredo, o Grande foi Rei de Wessex, de 871 a 899, e Rei dos Anglo-Saxões de 886 a 899.

²⁶ A Batalha de Ethandun foi um grande confronto entre as tropas anglo-saxãs do Reino de Wessex, sob comando de Alfredo o Grande, e o Grande Exército Pagão, liderados por Guthrum, travado em algum período entre 6 e 12 de maio de 878.

tentando uma recuperação, pois diversos territórios tinham perdido muito, com relação a domínio.

Ainda durante o século IX existe uma estagnação econômica, pois ainda é muito utilizada a mão de obra física dos servos, estes ligados a serventia, se alimentando em más condições, assim como vivendo em condições péssimas, causando mortes e um ciclo vicioso com relação a esse uso da mão-de-obra.

Ao observamos a base dessas camadas sociais, que por muito acreditamos que seguiam um padrão de trabalho relacionado a agricultura da antiga Roma, no entanto, em se tratando do século IX, paulatinamente houve a substituição de encargos por pagamento em “dinheiro”, e analisando tal aspecto o elemento de regime senhorial foi sendo descaracterizado (FRANCO JUNÍOR, 2001, p. 41).

As grandes propriedades que eram pertencentes à Coroa, os nobres mais poderosos, e em grande medida à Igreja. A medida em que o poder da Coroa e dos nobres sobre tais territórios diminui, graças a doações e partilhas sucessórias; a Igreja mantém seus dotes, principalmente por conta do celibato²⁷. Especialmente a realeza, perdia suas posses, pois utilizava como pagamento dos serviços da aristocracia e do clero.

Em grande medida os grandes terrenos estavam mais divididos neste momento, já que os senhores se deslocavam para consumir o que foi produzido, devido à dificuldade de estocar ou transportar o produto. Não devemos esquecer da utilização da mão-de-obra escravizada, mesmo que a base dessa economia estivesse nas condições senhoriais. Neste sentido, a própria Igreja foi uma entidade que promulgou a utilização de sujeitos escravizados, proibindo abades de libertarem essas pessoas.

Em meados do século IX, existirá uma renovação com base nos ensinamentos religiosos, que terá como inspiração o Direito Canônico e Santo Agostinho, tornando-se mais conhecida a concepção do agostianismo político, que diminuiria a importância com o temporal, e colocaria no topo a figura da espiritualidade. Além disso ainda neste século a relação entre a Igreja e o Estado irá se estreitar, culminando na cristalização do império carolíngio, e as condutas pagãs foram censuradas.

Além da estrutura econômica e religiosa, podemos destacar também o papel dos militares (*bellatores*), desde o século IX, devido a necessidade de lutar contra rivais em seus territórios, pois ainda existiam chances de invasões. É interessante ainda dentro dessa estrutura

²⁷ O celibato é, na sua definição literal, o estado de uma pessoa que se mantém solteira.

percebermos uma manutenção de poder, pois, ainda que repartido, tal poder era dividido entre os pares, a recepção e divisão de feudos e o serviço militar representavam então um modo de separação dessas riquezas, sempre dentro das camadas acima.

Observando os levantamentos feitos, percebemos que no século em que Nennius escreve, existem alterações significantes, ao encontro do que ele ressalta em alguns aspectos. Ainda que Nennius escreva no século IX, sua narrativa, que exige uma certa funcionalidade histórica, busca por descrever a origem bretã, mas algumas ideias implementadas podem fazer jus ao seu tempo.

1.4 Características da medievais entre os séculos X e XIII.

Em fins do século X, as produções escritas, que até então tinham apenas uma língua, o latim, emanciparam-se para ou línguas também, chamadas de neolatinas. A Idade Média Central, em termos historiográficos foi onde observamos as formações das sociedades feudais de modo mais enfático.

1.4.1 A Economia

É certo que a estrutura feudal teve início junto com a Idade Média, entretanto seu apogeu vai ocorrer, na chamada Idade Média Central, entre os séculos XI e XIII. Segundo Georges Duby, existe uma função em relação direta com a chamada *trifuncionalidade* deste mundo

medieval, em que o mundo estava dividido em três camadas, sendo estas: *oratores, bellatores e laboratores*.

Ocorre que, o início de tal transformação tem sua origem em meados do século IX, com a dissolução do Império Carolíngio. A lenta adaptação ao novo estilo vida culminou em novas perspectivas de vida em diversas estruturas, e quando retratamos o elemento econômico, segundo Georges Duby “Primeiro, apagando progressivamente o que, entre os camponeses, distinguia os proprietários dos rendeiros – a liberdade de exercer a escravatura. Submetidos às mesmas exigências, muito mais pesadas que os antigos serviços, todos os aldeões e “vilões” se confundiram” (DUBY, 1982, p.167)

Nestes aglomerados, os homens viviam muito perto uns dos outros, mas os povoados eram separados por vários espaços desertos. A própria terra cultivável, da qual a aldeia retirava o seu sustento, tinha que ser, proporcionalmente ao número dos habitantes, muito mais vasta do que hoje. Pois naquele tempo a agricultura era uma grande devoradora de espaço. Nas terras lavradas, incompletamente cavadas e sempre privadas de adubos suficientes, as espigas não cresciam bem criadas nem muito bastas. Especialmente, nunca a propriedade apresentava colheitas simultâneas. Os sistemas de cultivo mais aperfeiçoados exigiam que, em cada ano, metade ou um terço do solo cultivado ficasse em repouso. Muitas vezes, até, o repouso das terras e o cultivo sucediam-se numa alternância sem tempo estabelecido, concedendo sempre um tempo mais longo à vegetação espontânea do que ao

período de cultura; neste caso, os campos eram apenas provisórias e breves conquistas sobre os baldios. Assim, no próprio seio dos terrenos, a natureza, sem cessar, tendia a sobrepor-se. Para além dos terrenos amanhados, envolvendo-os e penetrando-os, desenrolavam-se florestas, matos e charnecas, imensas zonas selvagens, das quais o homem raramente estava de todo ausente, mas que, sendo carvoeiro, pastor, eremita ou fora-da-lei, habitava apenas à custa de um longo afastamento dos seus semelhantes. (BLOCH, 2001, p. 85-86)

Em termos gerais a economia feudal estava vinculada a produções agrícolas, e pouca circulação monetária, sendo assim, até o século XIII, uma estrutura vista como autossuficiente. De modo quase unânime os feudos pertenciam às camadas mais altas da sociedade medieval, sendo estas: membros da Igreja e nobres. O feudo era dividido em três partes, a propriedade de uso somente do senhor (manso senhorial), as terras que os servos trabalhavam, concedidas pelo senhor (manso servil) e terras coletivas, bosques e terrenos que poderiam ser usados pelo servo e pelo senhor (manso comunal). De forma geral existiam diversas formas de o senhor extrair lucros:

No senhorio fundiário, principalmente a corvéia, trabalho gratuito, geralmente três dias por semana, fosse para o cultivo da reserva, fosse para serviços de construção, manutenção, transporte etc. Havia também, como vimos, o censo e a mão-morta, e ainda, em certos tipos de tenência camponesa, um percentual da produção. No senhorio banal, as chamadas banalidades: taxas pelo uso do moinho, do lagar e do forno, monopólios do senhor; albergagem ou requisição de alojamento; taxa pelo uso dos bosques, anteriormente direito camponês; multas e taxas judiciárias diversas; talha, surgida em fins do século XI, pela qual o senhor em troca de proteção militar cobrava quando e quanto necessitasse, arbitrariedade abolida na segunda metade do século XII, com a regulamentação de sua periodicidade e montante. (FRANCO JUNÍOR, 2001, p.48).

Lembrando que a camada servil, sustentava as acima dela, e mesmo assim não são assistidos pela Igreja e a nobreza, vivendo em condições insalubres. É importante destacar que não existia muita escolha nessa época, pois, ou eles escolhiam viver em condições ruins fora do feudo, e sem a segurança desse senhor.

Quanto a mim, a sua inserção nos diversos modelos ideológicos propostos pelos eclesiásticos traduziu a percepção do fenómeno comercial, inicial, o movimento das estruturas, o processo de senhorialização, forçando ao trabalho todos os laicos que não fossem homens de armas, obrigando-os a penar ainda mais. “Os que laboram” não são ainda os “proletários” dos tempos modernos, melhor munidos de utensilhagem que os trabalhadores manuais, capazes por consequência de valorizarem, de forma mais eficaz, o jardim do Éden. Como Adão, após a falta, eles estão condenados ao trabalho forçado, à “condição servil” (DUBY, 1982, p. 173).

Paulatinamente a economia rural progredia. Lembrando que a camada servil, sustentava as acima dela, e mesmo assim não são assistidos pela Igreja e a nobreza, vivendo em condições insalubres. É importante destacar que não existia muita escolha nessa época, pois, ou eles escolhiam viver em condições ruins fora do feudo, e sem a segurança desse senhor. Séculos antes, o sofrimento dos trabalhos mais pesados cabiam aos sujeitos escravizados em primazia. Depois do ano 1000 (mil), com o poder dos senhores se tornar instável, a camada

“rústica” passa a suportar esse encargo. O trabalho é o comum destino de todos os homens que não são guerreiros nem padres. Alguns agricultores poderão bem pretender-se livres; mas eles são, como os outros, escravizados pelo novo senhorio (DUBY, 1982, p.173-174).

Outra característica que podemos observar na constituição da economia medieval, o transporte, a dificuldade de se locomover e o perigo constante de saques, fazia parte do medo da população medieval, aqueles que arriscavam e exploravam eram os que não tinham mais alternativa:

Como se vê, os obstáculos e os perigos não impediam de modo algum as deslocamentos, mas cada uma delas era uma expedição, quase uma aventura, graças a eles. Na verdade, se os homens, pressionados pela necessidade, não receavam empreender longas viagens - receavam-nas talvez menos do que outros homens, nos séculos mais próximos do nosso - hesitavam perante as idas e vindas repetidas, de curtos percursos, os quais, noutras civilizações são como que a trama da vida quotidiana; especialmente quando se tratava de gente modesta, sedentária pela profissão. (BLOCH, 2001, p.89)

Inserido nestas situações podemos salientar a importância das trocas, que serviam na primeira idade feudal, mesmo que circulando de forma ínfima, a moeda ainda transitava no feudalismo como forma de comercialização. Assim como havia variadas formas de troca. Existindo essa relação entre os camponeses, e assim conseguiam produtos de seu interesse e algumas moedas. E também o comércio entre as camadas altas, comercializando não só produtos de extrema necessidade, como artigos de luxo (tecidos, joias, vinho).

As trocas são uma importante representação econômica do princípio feudal, entretanto, outros serviços também eram negociados, nas palavras de Marc Bloch “Um grande número de produtos passava de mão em mão a título de foros, pagos a um chefe como remuneração pela sua proteção, ou como reconhecimento do seu poder. O mesmo acontecia com essa outra mercadoria que é o trabalho humano” (BLOCH, 2001, p. 93)

Mesmo as trocas sendo tão significativas para o posterior desenvolvimento das cidades, podemos analisar o aspecto presente nesta sociedade, que nem todos praticavam essa relação. Então a camada mais baixa, com a sua condição sempre muito abaixo das condições necessárias para uma vida saudável, vendia a sua força de trabalho, para garantir a sua sobrevivência.

É válido lembrar que as invasões que o Ocidente Medieval sofreu, além de carregar em certa medida aspectos culturais, precisamos falar também de movimentos econômicos. As regiões externas estavam mais equilibradas, no que toca a conjuntura econômica, dessa forma aconteceriam trocas e também comércio incluindo a utilização de moedas externas.

A progressão econômica absorveu também o artesanato e os mercadores, o trabalho de ambas as categorias já existia, no entanto, com o desenvolvimento e as trocas culturais. O

apogeu da economia voltada para os artesãos e o mercado aconteceu no fim do século XI, aumento o número de membros, assim como sua importância no contexto especialmente urbano com o crescimento das cidades medievais.

Os burgos²⁸ tornaram-se mais sólidos, neste mesmo século, pois além do desenvolvimento econômico, o aumento populacional causou impacto no setor servil e tais vilas começaram a atrair mais pessoas por conta de um possível novo estilo de vida. Com comércio, feiras fixas e trabalhadores livres, tais localidades tornaram-se mais importantes para a economia.

Ainda no século XI podemos notar a presença significativa da população da Normandia³² em solo Inglês, onde irão desenvolver outros tipos de relações feudais, como o feudalismo de importação. Estes feudalismos de importação tiveram por característica comum serem muito melhor sistematizados do que nos sítios onde o seu desenvolvimento fora simplesmente espontâneo. (BLOCH, 2001, p. 227)

É interessante perceber também que a Grã-Bretanha, demorou certo tempo para se desvincular da relação de suserano³³ e vassalo, assim como a servidão. E ainda que o aspecto econômico da medievalidade não se relacione diretamente ao mito arturiano, podemos analisar em certos pontos a relação entre a economia e a Igreja. Relação está que também observaremos em solo inglês:

Este direito de propriedade, como se dizia antes da reforma gregoriana, ou de «patronato», como se dizia mais tarde e mais modestamente, consistia, antes de mais nada, no poder de nomear ou apresentar a cura. Mas os senhores pretendiam igualmente deduzir dele a faculdade de receberem, em seu próprio proveito, pelo menos uma parte dos rendimentos paroquiais. Entre estes, o rendimento eventual, sem ser de desprezar, no total, nunca subia muito alto. A dízima rendia muito mais. Depois de ter passado durante muito tempo por um dever puramente moral, o seu pagamento tinha sido rigorosamente imposto a todos os fiéis, no Estado franco, pelos primeiros Carolíngios, na Grã-Bretanha, cerca da mesma altura, pelos reis anglo-saxões, seus imitadores. (BLOCH, 2001, p. 296)

O território bretão em termos econômicos, em grande medida até fins do século XIII produzia de forma mais constante tecidos, mas protagonizava a produção de matéria prima. Observando esses elementos analisamos que os laços existentes entre a econômica medieval, são aos nossos olhos bem mais sutis do que outros pontos sociais com relação ao mito arturiano, tendendo intensivamente para a camada clerical.

A maior amostra da relação entre o setor econômico e a Igreja, foram as Cruzadas²⁹. Com um exército poderoso, a Igreja Católica, iniciou diversas expedições para além de seu domínio.

²⁸ O burgo até o século XI era mais referido como cidade medieval, de certa forma, uma extensão do mundo senhorial. Por se localizarem em terras que eram dominadas por um senhor. Além disso, habitavam as cidades

²⁹ Aconteceram nove Cruzadas oficiais entre os séculos XI e XIII. principalmente os nobres, reis, bispos e comerciantes, mostrando que era também espaço de concentração do poder político e religioso.

A justificativa era de cristianizar outros povos e territórios, em investidas militares e cristãs, além de retomar regiões que eram de fundamental importância para os *oratores*, como a Palestina e Jerusalém. Tal campanha ocorreu entre os séculos XI e XIII, e assim como os cruzados³⁰, a rota comercial acompanhou suas investidas.

1.4.2 A Igreja

Neste tópico, em primeira instância devemos colocar que a Igreja na Idade Média foi uma estrutura não só essencial para essa pesquisa, mas também para uma melhor compreensão da medievalidade como um todo, pois devemos observar a importância que tal entidade detinha nesta época, de modo geral regia em diversos âmbitos a sociedade, como a economia (citada acima), a cultura e a política. De modo notório, não era uma protagonista unânime, pois existia a figura do rei e da nobreza, mas é a entidade que mais perdurou, e tem seu significado visto até os dias atuais.

Poderíamos tratar o aspecto econômico neste tópico, entretanto, ainda que a Igreja exercesse funções econômicas, estas foram apresentadas de modo mais catalisado, na Idade Média Central, ou o início da Baixa Idade Média. Em se tratando de cronologia, a relação entre Igreja e economia foi se estreitar mais tarde na Idade Média, se estabelecendo primeiro a relação entre senhor e servo ou sujeito escravizado.

Dito isto, observamos então a Igreja durante a Idade Média Central, que tinha como um de seus objetivos naquele momento, torna-se autônoma, e consolidar o agostinianismo político, e o primeiro passo dado ao encontro deste objetivo irá ser a criação do mosteiro Cluny, no início do século X, na Borgonha. Segundo Franco Júnior “No seu programa de submissão dos leigos aos clérigos, Cluny teve importante participação na elaboração da idéia da Paz de Deus e de sua decorrência, a Guerra Santa” (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 99).

É interessante observar nesse momento, que com as fissuras deixadas por conta do fim do Império Carolíngio, o poder do rei e dos nobres diminui e a camada dos *bellatores*, aproveitavam-se dessa perda de prestígio para atingir a população que não tinha proteção, como o povo do campo, a até mesmo os clérigos. Também ocorreu um embate entre os senhores

³² Ocupando uma área de 30 mil km² no noroeste da França, a Normandia é dividida em Baixa Normandia —onde estão os departamentos de Calvados, Manche e Orne e prevalece a atividade rural—e Alta Normandia— composta pelos departamentos de Eure e Seine-Maritime e com maior potencial industrial.

³³ Nobre que doava algum bem (normalmente terras, mas podia ser a concessão de impostos sobre uma ponte, o uso de equipamentos agrícolas, o uso de uma fonte d'água, etc.) a outro nobre.

³⁰ Termo utilizado para os cavaleiros e religiosos que participaram das expedições da Igreja Católica nas Cruzadas.

laicos³¹ (honra e reguedo) e os eclesiásticos³² (couto), pois ainda que a camada pertencente a Igreja utilizasse a mão-de-obra camponesa, segundo os mesmos, não gostavam de seu uso abusivo e exaustante.

Na tentativa de estabelecer uma espécie de equilíbrio social, a Igreja impulsiona um movimento chamado a Paz de Deus, no final do século X. Onde, diante de relíquias guerreiros, foram compelidos a jurar lealdade a Igreja e a seus membros, assim como aos que faziam parte da camada mais baixa, se não o fizesse, seriam excomungados³³. Outro princípio que a Igreja adotou, para tentar manter a ordem social ocorreu no século XI foi a Trégua de Deus, sendo proibido a utilização de armamento em dias específicos da semana, em homenagem a concepções da cristandade “[...]a quinta-feira associada ao Perdão, a sexta-feira à Paixão, o sábado à Aleluia, o domingo à Ressurreição. Também não se podia lutar em certos momentos do calendário litúrgico, caso do Advento, Quaresma, Páscoa e Pentecostes. ” (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 100)

Com esse imaginário e contexto que aos poucos fortaleceram a influência religiosa, nos âmbitos social e político, podemos analisar que culminaram na formação das concepções que irão solidificar as Cruzadas, seja contra os pagãos dentro do território medieval europeu, seja contra muçulmanos, em busca das terras sagradas.

O mosteiro Cluny teve papel fundamental no que diz respeito as Cruzadas, que em primeiro momento foram nascidas das ideias do papa Gregório VII, e posteriormente se concretizou com Urbano II, os dois foram monges cluniacenses. Além de tal empreitada a Igreja tomou novos ares, e cada vez mais tornou-se independente, a exemplo o papa Nicolau II em 1059 determinou um novo modo de eleição do pontífice, cabendo então aos cardeais eleger seu novo representante, obstruindo intervenções por parte dos nobres ou do próprio rei. A Reforma

Gregoriana tinha especialmente como adversário principal o nicolaísmo³⁴, e também combatia a simonia³⁵:

Esta tomada de consciência ultrapassava o homem isolado, para atingir a própria sociedade. O impulso, nesta, tinha sido dado, na segunda metade do século XI pelo grande «despertar» religioso ao qual se criou o hábito de chamar reforma gregoriana, do nome do papa Gregório VII, que foi um dos seus principais obreiros. Foi, de facto, um movimento complexo, no qual se confundiram com as aspirações dos clérigos, e sobretudo dos monges,

³¹ O território pertence a coroa, as terras são administradas diretamente por ela, são os chamados requengos. As honras são terras cuja a administração é dada aos nobres pelo rei.

³² Os coutos são terras em que seu controle é concedido aos Clérigos e a Igreja.

³³ Excomunhão é uma forma de censura eclesiástica pela qual uma pessoa é excluída da comunhão dos crentes, dos ritos ou sacramentos de uma igreja e dos direitos de filiação à igreja, mas não necessariamente da total exclusão da igreja como tal.

³⁴ O nicolaísmo é uma heresia que se infiltrou na Igreja, cujos aderentes são chamados de nicolaítas e detém uma vida conjugal.

³⁵ Simonia é o ato de vender favores divinos, bênçãos, cargos eclesiásticos, prosperidade material, bens espirituais, coisas sagradas, etc. em troca de dinheiro e terras.

instruídos nos textos antigos, muitas das representações brotadas do mais fundo da alma [Pg. 130] popular: a ideia de que o padre cuja carne foi conspurcada pelo acto sexual se torna incapaz de celebrar eficazmente os mistérios divinos encontrou os seus adeptos mais virulentos não só entre os ascetas do monaquismo, e mais ainda entre os teólogos, mas também nas multidões laicas. Movimento extremamente poderoso, também, a partir do qual se pode, sem exagero, datar a formação definitiva do catolicismo, precisamente nessa altura separado para sempre do cristianismo oriental e não por força de uma coincidência fortuita. Por muito variadas que tenham sido as manifestações desse espírito, mais inovador do que ele próprio se supunha, a sua essência pode resumir-se em algumas palavras: num mundo onde até aí se tinha visto o sagrado e o profano misturarem-se quase inextricavelmente, o esforço gregoriano tendeu para afirmar a originalidade e a supremacia da missão espiritual de que a Igreja é depositária, para colocar o padre à parte e acima do simples crente. (BLOCH, 2001, p. 138)

Acrescentando a tal fato, no ano de 1075, Gregório VII, afirma ainda mais o poder clerical e sua autonomia, constituindo um conjunto de 27 (vinte e sete) sentenças, chamado de *Dictatus Papae*. Onde demonstrava naquele momento, que não tinha mais interesse em deixar pessoas laicas interferir em assuntos da Igreja.

Por certo tempo, esse embate de domínio e interesses por parte da coroa e da Igreja permaneceu, pois ambos queriam deter maior influência para com a sociedade, e assim utilizavam da imagem divina para estabelecer tal conexão. Não foi diferente em território inglês, onde segundo Hilário Franco Junior (2001) “Na mesma linha, outro episódio ocorreu na Inglaterra, onde o rei Henrique II pretendeu limitar os privilégios do clero. Conheceu então a oposição do arcebispo Tomás Becket, que acabou assassinado em 1170 e foi canonizado três anos depois, como símbolo daquela luta contra as intervenções laicas na Igreja” (FRANCO JÚNIOR, 2001. p. 103).

A cristalização do poder cristão exercido até então pela Igreja, ocorrerá em meados do século XIII, pois as condições tornaram se melhores para o uso de tal influência. O papado que esteve durante certo tempo subjugado à figura do Rei tinha reconquistado o seu prestígio moral e estimulou o movimento religioso, mostrando se como o mais alto símbolo dos valores espirituais. (BLOCH, 2001. p. 492)

Cabia então ao papado ser um dos principais regentes da sociedade medieval neste momento, não era mais somente conectado a elementos sacerdotais, como também habilitava se a exercer funções que antes cabiam a monarquia, e em alguns sentidos eram incumbências da nobreza:

Em relação aos clérigos, o papado legisla e julga, tributa, cria ou fiscaliza universidades, institui dioceses, nomeia para todas as funções, reconhece novas ordens religiosas. Em relação aos leigos, julga em vários assuntos, cobra o dízimo, determina a vida sexual (casamento, abstinências), regulamenta a atividade profissional (trabalhos lícitos e ilícitos), estabelece o comportamento social (roupas, palavras, atitudes), estipula os valores culturais. (FRANCO JÚNIOR, 2001. p. 103-104)

Entretanto devemos observar também a outra parte do processo que estava tomando forma à medida que a Igreja renovava suas forças. Com a gradativa acentuação do poder clérigo. Talvez a independência que a entidade religiosa tanto buscou tenha sido solidificada tardiamente, pois, ainda que houvesse controle sobre a camada clerical e a população devota, em outras regiões novos movimentos espirituais apareciam no horizonte e tomavam forma e cor com certa velocidade. E os que participavam destas novas manifestações não eram pessoas a margem da sociedade, eram aqueles que estavam basicamente no meio social, entre devotos e pagãos. O que motivava essas camadas era o abrupto enriquecimento da Igreja, fruto de seu trabalho e exploração.

Na Baixa Idade Média, as crises tornaram se pontos chaves para novos pensamentos e estruturas. Um dos elementos que perdurou e amplificou as críticas que a Igreja já sofria mesmo antes, foi o debate entre os poderes: espiritual e temporal. O poder espiritual está interligado as funções presentes na Igreja, já o temporal remete as funções pertencentes a coroa ou o governo, e neste sentido, colocou se um fermento de discórdia entre o poder espiritual e o poder temporal: fermento de morte, na realidade. (BLOCH, 2001. p. 452)

1.4.3 Nobreza e Cavalaria

Devemos retratar em síntese também o papel dessas camadas, que mesclavam se, e também fazem parte do mito arturiano. São sujeitos importantes para compreender como as estruturas as vezes tinham divergências e mudanças dentro de suas respectivas camadas e que atuavam no jogo de interesses, seja da Igreja, seja da Coroa, ou o próprio.

Os nobres fizeram parte de mudanças significativas na Idade Média Central, como aspectos demográficos, políticos e sociais, participando de conflitos em guerras e entre si, por lutar em prol do interesse do seu governante e sua religião, e também contra outros senhores feudais, com objetivo de obter maior domínio e prestígio.

Os cavaleiros inicialmente, especialmente durante a Alta Idade Média, não tinham em grande escala vínculos nobres, suas primeiras relações, não passavam de guerras e batalhas, por aquele senhor feudal nobre, no qual representava, e ganhava o que foi negociado com tal.

Comunicado isso, retornaremos nosso ponto aos séculos IX e X, com as invasões sofridas, e os soberanos não puderam contribuir de forma eficaz para defender os territórios regidos por eles, então percebendo isso, coube a nobreza estabelecer a defesa de sua região, e fazendo parte disto, estavam os seus cavaleiros ou guerreiros. Ou seja, em certos aspectos a nobreza detinha autonomia, em especial sobre o seu feudo, que neste período começou a se transformar.

Essa autonomia não era vista por todos como algo benéfico para o interesse social. A Igreja tentou em diversos momentos consolidar um controle sobre a camada nobre, pois nem todos participantes desta camada eram devotos a religião cristã, então os membros do clero não exerciam a influência desejada para com os nobres. Dessa maneira, a máxima entidade cristã da medievalidade, buscou comandar a nobreza feudal por meio das Cruzadas (séculos XI – XIII), mas acabou perdendo o controle da circunstância e saiu exaurida. Por fim, tentou impor seus valores e normas nas comunas³⁶, mas apenas acelerou o surgimento das heresias. (BLOCH, 2001. p. 87-88)

Em termos de relação entre a cavalaria e a nobreza, a Igreja mais uma vez aparece como sendo uma das propagadoras da confusa mescla dessas duas camadas, que irão se encaixar na ordem conhecida como *bellatores*. Os *milites*³⁷, aumentaram seu número conforme as já citadas invasões, e para instituir controle sobre essa força que se formava, a Igreja então irá cristianizar o título de cavaleiro. A cerimônia, chamada de adubamento, onde este, agora cavaleiro, recebia do *orator*, materiais relacionados aos guerreiros (espada, elmo, escudo, etc), objetos estes que seriam teoricamente, somente utilizados com respeito a valores cristãos. Graças aos novos ares de prestígio da cavalaria, inclusive os nobres passaram a se armar como *milites*, e foi então que ocorreu uma fusão entre dois níveis da chamada aristocracia laica. (FRANCO JÚNIOR, 2001. p. 123)

O cavaleiro, nobre ou não, tornava-se também cristão, no sentido de defender os interesses da Igreja, e também de obter benefícios nobres, quando em conflitos sempre buscava obter algum lucro, seja em dinheiro, seja em conquistas territoriais. Esta conjuntura de nova estabilização na sociedade, com ênfase em especial no século XIII contribuiu para a aproximação entre os servos e os membros da baixa nobreza, que encontraram no ideal da cavalaria a expressão de seus anseios e expectativas de progressão dentro do universo feudal. (ZIERER e BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 45)

É válido ressaltar que, existiam divisões dentro de uma mesma camada, como a alta e a baixa nobreza. Os nobres mais acima detinham mais prestígio e poder financeiro que os de camada mais baixa, que ainda permaneciam na camada por renome. Quando falamos de século XIII, a cavalaria já formava um organismo mais estruturado socialmente. Aglutinando concepções que antes estavam ligadas a noção de nobreza.

Todos os cavaleiros. A prática de tais juramentos teve um efeito decisivo. Reuniu, num corpo único, todos os portadores de espada, agora isolados da massa do povo, como até então o estavam apenas os príncipes, pelos compromissos tomados, pela moral a que se ligavam, moral específica,

³⁶ Comuna, na Idade Média, é a designação para a cidade que se tornava emancipada pela obtenção de carta de autonomia fornecida pelo rei.

³⁷ Indivíduos de origem humilde, mas com as constantes invasões começaram a se defender armados, mas tarde sendo relacionados a cavalaria.

ajustada à sua maneira de viver, de agir na sociedade, aos pecados que os espreitavam. Faltava uma palavra para designar os membros desta categoria social, muito evidentemente delimitada. (DUBY, 1994, p. 148)

A cavalaria neste momento tem um papel fundamental para com a sociedade, não só para a Igreja, como uma de suas peças de conquista e de valorização, mas também como espelho para a sociedade, nessa nova situação não estava associado somente a suas armas e postura, mas, mais do que nunca as suas virtudes, sua conduta moral, sua devoção e sua fidelidade a Igreja. E não só fiel a suas funções clericais, mas também recebeu maior visibilidade por parte da Coroa, pois a camada de *bellatores* é mostrada como uma espécie de prolongamento da função monárquica. (DUBY, 1994, p. 297)

A cavalaria tornou-se um dos maiores orgulhos do monarca na Idade Média, ter um exército poderoso era extremamente significativo para a coroa, pois representava não só um aviso para as invasões, mas como um perigo para as fronteiras, de novas conquistas. Além disso, segundo Georges Duby (1994), “... a proposta de uma cavalaria convencida de dominar as outras duas ordens foi a causa de um conflito ardoroso, travado numa dupla frente. Luta contra a ideologia dos padres – e foi, na Inglaterra e no império, um momento de extrema tensão entre os dois poderes, o temporal e o espiritual”. (DUBY, 1994, p. 330)

1.4.4 O Rei

O ponto que mais profundamente analisamos é a relação da Idade Média Central e o papel do monarca, o expoente essencial quando falamos de Idade Média em termos gerais. Isso por conta da sua função social, associada a diversos, âmbitos, como: político, econômico, cultural e religioso. É obvio que não detalharemos de modo absoluto todos esses aspectos, mas sim, optamos por fazer uma síntese, em especial nos aspectos que podemos estabelecer um paralelo com o mítico Arthur Pendragon.

Devemos perceber também a aproximação do ideal dos reis de aspectos místicos e messiânicos. O monarca seria em alguns momentos a personificação divina, ou da escolha de Deus na terra, então vão ser de importância crucial para o desencadear de funções sociais como um todo, e manifestado de tal modo em alguns escritos literários de época.

A aproximação histórica de aspectos divinos é destacada, desde os primórdios medievais, entretanto, em se tratando de Idade Média Central, podemos colocar o exemplo da taumaturgia³⁸. Em território bretão, no século XII, no reinado de Henrique II, um membro da Igreja com origens

³⁸ Realização de milagres.

na França, Pierre de Blois³⁹, para este observar o trabalho do Rei, especialmente quando estava relacionado a tarefas santas era um privilégio. Segundo seus relatos Henrique II era responsável por curar enfermidades:

Portanto, Henrique II curava os escrofulosos. Também atribuía à virtude régia a desapareição (*defectus*) de uma peste que atacava a virilha (*ingulinariae pestis*). Não sabemos ao certo a que aludem estas últimas palavras; talvez a uma epidemia de peste bubônica que acreditava-se, teria cedido à miraculosa influência do rei. (BLOCH, 1998. p. 62)

Tal poder seria então fruto da vontade divina, como modo de justificar o motivo dos reis, tanto Henrique II, como os futuros estarem no ponto mais alto do poder, pois seria o ponto mais próximo de Deus. Por tal, convém primeiro indicar a aproximação dos valores reais e os valores sagrados, antes de esmiuçar a associação de ideias que naturalmente proveram daí, sendo então uma espécie de conclusão óbvia, o poder curativo dos que eram revestidos com esse caráter divino. (BLOCH, 1998. p. 70)

Com relações a cultura germânica ainda neste século, podemos assinalar, que os reis eram considerados figuras divinas. E de tal aspecto de fé que esteve vinculado a figura do monarca, estrutura-se um sentimento lealista. Não se baseava, na lealdade a um indivíduo enquanto representante máximo da sociedade, o conhecido direito hereditário presente nas dinastias era mal fixado, o soberano poderia ser substituído se pertencesse a mesma dinastia.

Além do poder de cura, em certa medida acreditava-se que os reis possuíam habilidades sobre elementos da natureza, remetendo a colheitas ruins, morte de animais, ou a dias chuvosos ou nevados, a influência da chamada realeza sagrada, que também, aos poucos é modificada.

Assim como a Igreja, a realeza perde força com os constantes movimentos pagãos, pois, com relação a sua emancipação na memória social, da camada mais baixa, e também dos nobres, o clero e o rei, eram os dois pontos máximos do estado, e com a tomada de manifestações que modificaram o pensamento dessas bases, seu poder também oscilava.

Os até então monarcas que estavam com o controle social, passaram a ser percebidos como governantes de Estado. Durante um breve momento depois das invasões sua influência tornou-se ainda mais importante, mas não durou muito, e logo a velha lógica de mundo tomava outras rédeas. É correto afirmar, que a ideia de rei continuasse mesmo que de modo brando na consciência popular.

A Igreja e o rei, que até então eram próximos começaram a ter atritos, especialmente na crescente força em que o Sacro Império Romano Germânico vinha tomando, sobretudo, entre os séculos XII e XIII. Foi no século XII, onde demonstrando sua afirmação política o imperador

³⁹ Pedro de Blois foi um clérigo, teólogo, poeta e diplomata francês conhecido principalmente por suas cartas escritas em latim. Em defesa do rei Henrique II da Inglaterra, escreveu contra Thomas Becket

Frederico I ⁴⁰Barba Ruiva a *Carta do Preste João das Índias*⁴¹, sobre um governante que era rei e em mesmo momento sacerdote, cujo o reino era de tamanha dimensão, que de um lado demorava quatro meses a ser percorrido e do outro lado ninguém sabia até onde se estendia.

(ZIERER, 2013. p. 292)

Com a tentativa de afastar o rei do sacerdócio, os membros do clero mais antigos em conjunto com a Igreja do Ocidente Medieval se empenhava em obter o compromisso solene do rei de professar e defender a fé ortodoxa, e mais ainda, colocar os seus serviços em prol dos interesses eclesiásticos. Por fim, tais limitações dos poderes do rei, segundo a Igreja, deviam impedir que ele se tornasse um tirano, passando assim para o lado do mal, e servindo ao Diabo. A monarquia, dessa maneira, detinha em primeira instancia, deveres para com Deus e a Igreja, e em segundo plano, os súditos. (LE GOFF, 2013. p. 221)

Além da consonância sagrada, outros elementos eram observados para perceber se tal rei foi realmente uma escolha divina, além de elementos religiosos provenientes de aspectos cristãos, também podiam ser analisados traços místicos, que vão se basear em heranças célticas e germânicas. Na cultura céltica por exemplo, existia uma espécie de matrimônio, entre o rei a terra. Assim, na Irlanda, havia um ritual no qual o rei tomava banho com o sangue de uma égua. A ligação entre o sagrado e a monarquia podiam ser testadas pela pedra de Fal (*Lia Fail*), que emitia sons quando o legítimo rei se postava a sua frente. (ZIERER, 2013. p. 293)

Em vista disso, o maior representante do poder temporal vinculou-se também à instancia divina e mística, e graças a tal seria aquele que garantiria o equilíbrio entre a sociedade e a natureza, sob sua graça sagrada. Frederico II e Frederico Barba Ruiva, serão remetidos novamente como representantes messiânicos na medievalidade. Este rei foi descrito em narrativas proféticas como as sibilinas⁴² cristãs, que se emanciparam em todo o período medieval, através de obras como o *Pseudo-Metódio*, obra falsamente atribuída a Metódio, um

bispo sírio, escrita originalmente em grego e depois traduzida para o latim e vernáculo (DELUMEAU, 1997, 34-36).

⁴⁰ Frederico I, também conhecido como Frederico Barbarossa, foi o Imperador Romano-Germânico de 1155 até sua morte, em 1190.

⁴¹ Sua versão mais conhecida, foi publicada em 1879, por Friedrich Zarncke. Conta sobre a enigmática figura do soberano indiano Presbiter Johannes apresenta nesta Carta pseudo-autográfica todo o esplendor do seu maravilhoso e inacessível império, cujas regiões orientais fazem fronteira com o próprio Paraíso terrestre. Em grande medida elaborado sobre dois modelos literários, o Romance de Alexandre e o Apocalipse segundo S. João, este texto latino medieval revela aos seus leitores um imperador ideal e cristomimético: como o Cristo apocalíptico, o Preste João é um intemporal soberano e sacerdote, senhor dos senhores, que governa uma sociedade cristã a um tempo heterogênea e igualitária, onde as maravilhas de todo o tipo florescem entre o milagroso e o monstruoso, entre o quase divino e o quase diabólico.

⁴² Sibilina é o feminino de sibilino. O mesmo que: mística, enigmática, esfíngica, misteriosa

Entre os séculos X e XIII, as oscilações medievais acirravam disputas em todos os setores, o que fazia com que alguns aspectos emergissem em meio a sociedade medieval, que vai mostrar-se de modo mais notório nesta sociedade quando a figura do rei, o pico do sistema feudal e das estruturas medievais, também torna-se insatisfatório.

Entretanto, mesmo com esse contexto, permeado de conflitos, os escritos sobre tal sociedade continuaram e igualmente os interesses dentro de tais narrativas, seja por parte religiosa, seja por momento monárquico, ambas estruturas também tentavam se afirmar na literatura, e nas visões em que cada autor escrevia.

Desta maneira criando um vasto campo para a atuação e divulgação do mito arturiano. Tal imaginário serviria então, de forma mais enfática para interesse da Igreja, da camada dos *bellatores* (cavalaria e nobreza) e a monarquia. Como veremos nos capítulos posteriores, as produções atenderam a outras funções, com relação especialmente um estímulo de esperança para a população da Idade Média, em especial pertencente ao território da Grã-Bretanha.

2 CAPITULO: O MITO ARTURIANO NA *HISTÓRIA DOS BRETÕES* E NA *HISTÓRIA DOS REIS DA BRETANHA*.

O mito arturino engloba parte de acontecimentos que ocorreram na sociedade medieval, em diversos meios, isso por conta do imaginário, termo utilizado para entender como a população medieval pensava, e ao tempo que pensava incorporava em seu cotidiano as representações, e neste caso, o Rei Artur e seus ideais. Artur foi representado de modos diferentes na medievalidade. Desta maneira, podemos afirmar que o mito arturiano e sua composição se alteraram ao longo das sociedades e do tempo, servindo ideais.

2.1 A concepção de mito

Em primeiro momento devemos destacar o papel da designação, mito. A sua interlocução com o campo histórico, neste sentido nos servimos da conceituação de Mircea Eliade, o mito conta uma história sagrada, ele relata acontecimentos ocorridos nos tempos primordiais, o fabuloso tempo do “princípio”. Em outras palavras, o mito narra como, a partir de acontecimentos sobrenaturais, uma realidade se construiu, a realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição (ELIADE, 1972. p. 9).

E é nesse aspecto que entra também a sua comunicação com a História em especial quando falamos de origens, pois por muito tempo, segundo Marc Bloch, nós historiadores tentamos escrever sobre as origens históricas da humanidade, e que em sua grande maioria, são preenchidas por lacunas:

De modo análogo, um "primitivo" poderia dizer: eu sou como sou hoje porque antes de mim houve uma série de eventos. Mas teria de acrescentar imediatamente: eventos que se passaram nos tempos míticos, e que conseqüentemente, constituem uma história sagrada, porque os personagens do drama não são humanos, mas Entes Sobrenaturais. Mais ainda: ao passo que um homem moderno, embora considerando-se o resultado do curso da História Universal, não se sente obrigado a conhecê-la em sua totalidade, o homem das sociedades arcaicas é obrigado não somente a rememorar a história mítica de sua tribo, mas também a reatualizá-la periodicamente em grande parte. É aqui que encontramos a diferença mais importante entre o homem das sociedades arcaicas e o homem moderno: a irreversibilidade dos acontecimentos que, para este último, é a nota característica da História, não constitui uma evidencia para o primeiro. (ELIADE, 1972. p. 14)

Observamos assim que a História narrada pelo mito constitui uma espécie de conhecimento esotérico, não apenas por ser um conhecimento mais escondido, mas também porque está relacionado a elementos mágicos e religiosos. Para Mircea Eliade, o mito está classificado em 5 (cinco) momentos:

De modo geral pode-se dizer que o mito, tal como é vivido pelas sociedades arcaicas, 1) constitui a História dos atos dos Entes Sobrenaturais; 2) que essa História é considerada absolutamente verdadeira (porque se refere a realidades) e sagrada (porque é a obra dos Entes Sobrenaturais); 3) que o mito se refere sempre a uma "criação", contando como algo veio à existência, ou como um padrão de comportamento, uma instituição, uma maneira de trabalhar foram estabelecidos; essa a razão pela qual os mitos constituem Os paradigmas de todos os atos humanos significativos; 4) que, conhecendo o mito, conhece-se a "origem" das coisas, chegando-se, conseqüentemente, a dominá-las e manipulá-las à vontade; não se trata de um conhecimento "exterior", "abstrato", mas de um conhecimento que é "vivido" ritualmente, seja narrando cerimonialmente o mito, seja efetuando o ritual ao qual ele serve de justificação; 5) que de uma maneira ou de outra, "vive-se" o mito, no sentido de que se é impregnado pelo poder sagrado e exaltante dos eventos rememorados ou reatualizados. (ELIADE, 1972. p. 18)

Quando falamos de mitologia, podemos relacionar a aspectos que envolvem profundamente o mito arturiano, sendo a essência deste a sua cristandade. Para o homem religioso o que chamamos de essencial precede a existência, e tal ideia circundou entre diversas sociedades, não se baseando em regiões isoladas, isso é verdadeiro, tanto para homens das sociedades mais arcaicas e orientais, como para o judeu, o cristão e muçulmano (ELIADE, 1972. p. 68).

Em se falando da sua relação com a História, percebemos que a estruturação de mitos remete a origem. Dessa maneira, cabe a tal revelar também o homem, as plantas, os animais, e até mesmo a morte, e também as normas de comportamento. A História então não seria somente humana, mas seria parte também de acontecimentos divinos, pois é produto de acontecimentos presenciados pelos ancestrais da humanidade, assim como dos Entes Sobrenaturais.

No pensamento grego, observamos duas valorizações da memória: 1) a que se refere aos eventos primordiais (cosmogonia⁴³, teogonia⁴⁴, genealogia⁵⁰) e 2) a memória das existências anteriores, ou seja, dos eventos históricos e pessoais (ELIADE, 1972. p. 88). Visto isso, as relações com o mito se diferenciam entre os dois grupos, o primeiro viveria e observaria a formação dos eventos de origem, tendo acesso direto a essas informações e concepções. A

segunda ordem relembra as “histórias” contadas pelos primeiros, ou seja, com modificações, ou não, mas perpassando os ideais de composição do mito.

Devemos destacar também a figura de Heródoto⁴⁵, na escrita da “história”. Heródoto destacou que sua maior preocupação era escrever as façanhas humanas para que não caíssem em

⁴³ A cosmologia é o estudo da origem e da composição do Universo (cosmos, em grego). A cosmologia estuda o Universo, a sua organização e a sua origem.

⁴⁴ Teogonia vem da expressão grega theosgonia, que significa o nascimento dos deuses. É uma obra literária grega clássica muito famosa, que narra a origem do universo e dos deuses, escrita pelo poeta grego Hesíodo. ⁵⁰ Estudo que tem por objeto a pesquisa da origem e da filiação das famílias; estirpe, linhagem.

⁴⁵ Heródoto (484-425 a.C.) foi um importante historiador grego da antiguidade. Foi considerado, pelo filósofo Cícero, o pai da História. Revelou as primeiras conquistas dos persas na Grécia, as várias formas de governo, até

esquecimento. Uma espécie de conservação da memória. Outros escreveram por outros motivos, seja para narrar a luta pelo poder que seria inerente a humanidade, segundo Tucídides⁴⁶. Já Políbio⁴⁷, escreve para ilustrar que a história do mundo convergia às influências romanas.

Na Idade Média observamos uma intensificação do pensamento em volta do mito, e em cada camada, este se relacionava de modo diferente, em especial com relação a sua origem, em condição a sua predestinação, e se encaixando ao máximo aos moldes de conduta presentes para a sociedade. Podemos nos referir a isso como normas impostas, um modelo social.

A mitologia de Frederico II não desapareceu com sua morte, pela simples razão de que sua morte não podia ser admitida: o Imperador, segundo se acreditava, retirara-se para um país distante onde, segundo a lenda mais popular, dormia sob o Monte Etna. Um dia, porém, ele despertaria e viria reivindicar seu trono. E, de fato, trinta e quatro anos após sua morte, um impostor conseguiu fazer-se passar, na cidade de Neuss, por Frederico II redivivus. Mesmo após a execução desse pseudo-Frederico em Wetzlar, o mito não perdeu sua virulência. No século XV, ainda se acreditava que Frederico estivesse vivo e que viveria até o fim do Mundo, que ele era, em suma, o único Imperador legítimo e que jamais haveria outro. (ELIADE, 1972. p. 123-124)

Este é apenas um dos fenômenos que destaca a importância da inserção do mito da sociedade medieval. Tais aspectos também serão carregado pelo mito arturiano, mas é interessante denotar como o imaginário medieval, representa algo essencial ao compreendermos alguns acontecimentos históricos.

2.2 Artur e sua primeira aparição escrita

O mito ou ciclo arturiano, faz parte do que chamamos de Matéria da Bretanha. Matéria da Bretanha é um compilado de contos e narrativas, em grande medida de origem celta, onde contam histórias relacionadas a Bretanha. As histórias que mais populares são aquelas que tem como protagonista o rei Artur e sua corte, os cavaleiros da Távola Redonda.

A figura central do ciclo arturiano, Artur, tem sua primeira aparição registrada por Nennius, em *Historia Brittonum*. Acredita-se que Nennius tenha vivido na área composta por Brecknockshire e Radnorshire na atual Powys, País de Gales. Sendo assim, viveu fora dos reinos

a retomada do poder pelos gregos. Heródoto nasceu em Halicarnasso, cidade grega da Ásia Menor, hoje Bodrum, na Turquia, por volta de 484 a.C. Pertencia à aristocracia daquela colônia.

⁴⁶ Historiador grego, filho de Melésias, nascido em Atenas provavelmente no ano de 460 a. C. e desaparecido cerca de 400 a. C.

Teve como mestre de Filosofia Anaxágoras e de Oratória Antifonte.

⁴⁷ Historiador grego (c.204 a. C.-c.122 a. C.), tomou contacto com a cultura de Roma depois de aí ser conduzido como refém, em 168 a. C., na sequência de conversações entre a Roma e a Grécia nas quais participou. Assistiu a grandes acontecimentos da época, como a tomada de Cartago. Escreveu a obra *História Universal*, onde relata acontecimentos ocorridos entre cerca de 264 e 144 a. C.

anglo-saxões, isolado por montanhas em uma sociedade mais rural. O monge galês viveu no século IX, e a obra foi atribuída a ele. Pouco se sabe sobre sua vida, e ainda que sua produção tenha sido feita no século IX, a obra se emancipa no século XII.

2.2.1 A História dos Bretões (c.800)

História dos Bretões (em latim: *Historia Brittonum*) é uma narrativa medieval sobre a história da população que habitava a Bretanha até o século VII. *Historia Brittonum*, como afirma Nennius é um conjunto de informações referentes à Grã-Bretanha influenciado por obras anteriores, até mesmo por contos passados oralmente, que atualmente, em sua maioria estão perdidas. É um tratado medieval sobre a história dos povos britânicos até o século VII. A *Historia* é, assim, uma fonte importante para o estudo dos eventos ocorridos entre os séculos V e VII Bretanha, período para o qual há grande escassez de informação. Entretanto, na obra incorporam-se em grande maioria elementos fantásticos e mitológicos, fazendo com que alguns estudiosos a visitem com uma visão mais literária e menos histórica.

Apesar de sua atual condição levada por tramites literários, Nennius assume que tentou desenvolver tal produção no sentido mais histórico, pois para o mesmo foi necessário para que a história da Bretanha continuasse. Declara também que sabe das limitações da sua feitura, seja por falta de fontes ou pela dificuldade da tradução de outras línguas:

Eu reuni, com dificuldade, esta história de várias fontes, e me esforcei devido à humilhação, para entregar à posteridade as poucas notícias remanescentes sobre as realizações do passado, para que elas não pudessem ser esmagadas com o pé, vendo que uma ampla safra já havia sido arrancada pelos ceifeiros hostis das nações estrangeiras. Pois muitas coisas estiveram no meu caminho, e eu, até hoje, tive grande dificuldade em entender, mesmo superficialmente, os ditos dos outros homens; muito menos fui capaz em minhas próprias forças, mas como um bárbaro, assassinei e corrompi a língua de outros.

Porém, carrego comigo um ferimento na alma, e estava indignado que **o nome do meu povo, outrora famoso e distinto, pudesse afundar para o esquecimento, e como fumaça ser dissipado.**

Mas desde então, entretanto, eu preferi **ser um historiador dos bretões** a (ser) ninguém, embora haja tantos a serem encontrados que possam executar muito mais satisfatoriamente o labor imposto a mim; humildemente entretenho meus leitores, cujos ouvidos poderia ofender pela deselegância de minhas obras, que preenchem o desejo dos meus senhores, e concedem-me a indulgente tarefa de ouvir com candura as minhas histórias. Pois esforços zelosos freqüentemente falham, mas o entusiasmo corajoso, se estivesse em seu poder, não me faria falhar (NENNIUS, 2003, cap. 1. Tradução: Adriana Zierer) (grifos nossos).

Nennius inicia então a construção de sua história, e ele tenta descrever até mesmo os mais antigos, e somando a isso a constituição do povo bretão:

Eu, Nennius, discípulo de São Elbotus, empenhei-me para escrever alguns trechos que o abatimento da **nação bretã havia apagado**, porque os professores não tiveram nenhum conhecimento, nem deram nenhuma informação em seus livros sobre esta ilha da Bretanha. Mas eu reuni tudo o que pude encontrar, desde os **Anais dos romanos, as Crônicas dos santos padres,**

Jerônimo, Eusébio, Isidoro, Próspero, e os Anais dos escotos e saxões, além de nossas antigas tradições.

Muitos professores e escribas tentaram escrever isto, mas de algum modo ou outro abandonaram por causa da dificuldade, ou devido às mortes freqüentes, ou às recorrentes calamidades de guerra. **Eu rezo para que todo leitor que deseja ler este Livro possa me perdoar, por haver tentado, como um tagarela tolo, ou como alguma fraca testemunha,** a escrever estas coisas, depois que eles falharam. Vocifero com ele que sabe mais destas coisas que eu. (NENNIUS, 2003, cap. 3. Tradução: Adriana Zierer) (grifos nossos).

Sem se ater muito a detalhes mais aprofundados, o monge galês, começa descrevendo sobre a história da própria humanidade, se esforçando para estabelecer uma certa cronologia, definindo as 6 (seis) primeiras idades do mundo. A primeira referência a Bretanha feita por Nennius acontece ao se referir a Bruto, um cônsul romano, de onde derivaria o nome da região. E ainda insere elementos demográficos à região, que segundo ele, na sua antiguidade dividia-se em 33 (trinte e três) cidades, entre as quais dividiam-se 4 (quatro) povos: os escotos, os pictos, os saxões e os antigos bretões.

Atendo-se a aspectos relativos ao território bretão, Nennius afirma que os primeiros habitantes da futura região da Bretanha, chegaram por volta da terceira era do mundo (de Abraão a Davi), e na quarta (de Davi a Daniel) os escotos se fixaram na Irlanda, iniciando assim os primeiros conflitos por territórios e também as transmutações culturais:

Os bretões que, não suspeitando de hostilidades, estavam desprovidos dos meios de defesa, foram atacados hostil e incessantemente, tanto pelos escotos do oeste, como pelos pictos do norte. Um longo intervalo depois disto, os romanos obtiveram o império do mundo (NENNIUS, 2003, cap. 15. Tradução: Adriana Zierer).

O Império Romano então ascendeu ao poder do mundo antigo europeu, exigiam dos povos bretões tributos e reféns, que recebiam de todos os seus territórios dominados, mas a população que pertencia à Bretanha, não fez aquilo que foi requerido pelos romanos. Com o domínio de Júlio Cesar⁴⁸, Roma navega para batalhar contra os bretões, porém sem êxito, retornando para casa com homens derrotados e navegações destruídas. Contudo Cesar navegou mais duas vezes ao encontro da Bretanha:

Mas após três anos, ele apareceu de novo com um grande exército, e trezentos navios, na boca do Tâmsa, onde renovou as hostilidades. Nessa tentativa, muitos de seus soldados e cavalos foram mortos; mas o mesmo cônsul havia colocado lanças de ferro na parte rasa do rio, e isso se efetuando com tanta técnica e segredo para escapar a notícia dos soldados romanos, eles fizeram considerável injúria, assim César foi outra vez obrigado a retornar sem paz ou vitória. Os romanos foram, entretanto, uma terceira vez mandados contra os bretões, e sob o comando de Júlio, derrotaram-nos próximo de um lugar chamado Trinovanto [Londres], quarenta e sete anos antes do nascimento de Cristo, e cinco mil e duzentos e doze anos da criação (NENNIUS, 2003, cap.

⁴⁸ Caio Júlio César, nasceu em 100 a.C, morreu em 44 a.C, um patrício, líder militar e político romano. Desempenhou um papel crítico na transformação da República Romana no Império Romano.

Segundo Nennius, Júlio Cesar foi o primeiro imperador a atingir poder absoluto que conseguiu dominar o território bretão. Outros 8 (oito) imperadores romanos governaram sobre o território bretão, o último deles foi Constâncio. Assim, de acordo com a História dos Bretões, o domínio romano sobre a Grã-Bretanha durou 409 (quatrocentos e nove) anos. Após isso, os bretões não respeitavam mais a autoridade romana, recusando igualmente a pagar-lhes tributos, ou a receber seus reis, nem ousaram os romanos mais nenhuma tentativa de governar a região, cujos nativos massacraram seus representantes (NENNIUS, 2003, cap. 28. Tradução: Adriana Zierer).

Com a derrocada do Império Romano no Ocidente do século V, os bretões passaram a ser atacados pelos inimigos mais antigos e por outros invasores que vinham do Mar ao Norte, os saxões, frísios e jutos, mais conhecido pelo termo genérico de saxões, os quais conseguiram dominar a Bretanha no século VI (ZIERER, 2013. p. 169-170)

Tais saxões, foram recebidos de modo caloroso por Vortigern⁴⁹, segundo Nennius. Vortigern então prometeu suprir eles com roupas e mantimentos, e em troca, os mesmos ajudariam-no a defender seu território dos inimigos de região. Entretanto, os invasores aumentaram rapidamente, o que gerou desconforto por parte dos bretões, no quesito de fornecer auxílio para o povo saxão, com tributos. Dessa forma, não podendo mais selar o compromisso que tinham estabelecido anteriormente, o povo da Bretanha exigiu que os saxões retornassem ao seu lar de origem.

Nennius então traça a história de Vortigern e seus pecados, quem também serão carregados pelos bretões. Os saxões unidos a outros invasores pagãos dominariam a Bretanha. E para Nennius, não foram vitoriosos por sua coragem ou superioridade, mas sim, devido aos pecados em que o povo bretão cometeu, grande parte deles refletido na figura de Vortigern, e desse modo, Deus teria permitido o fracasso bretão. Mas a ingenuidade de Vortigern contribuirá também para o ocorrido, segundo o clérigo galês:

Após a morte de Vortimer, Hengist, fortalecido pelas novas aquisições, juntou seus navios, e reunindo seus líderes, consultou-os sobre qual estratégia deveriam vencer Vortigern e seu exército; com tal insidiosa intenção mandaram mensageiros ao rei com ofertas de paz e amizade perpétua; sem suspeitar da traição, o monarca, depois de aconselhar-se com os mais velhos, aceitou as propostas.

46. Hengist, sob a pretensão de ratificar o tratado, preparou um divertimento, para o qual convidou o rei, os nobres, e os oficiais militares, em número de mais ou menos trezentos. Dissimulando especialmente sua má intenção, ordenou a trezentos saxões que escondessem uma faca debaixo de seus pés e se misturarem com os bretões. Disse ele: “-Quando eles estiverem bastante

⁴⁹ Vortigern (em galês Gwrtheyrn) foi um dos monarcas da Bretanha, que conseguiu o supremo comando, quarenta anos após a dissolução do governo romano. Segundo Adam Clarke, Vortigern convidou os saxões em 445

inebriados, gritarei “Nimed eure saxes!”. Então que cada um pegue sua faca e mate seu homem. Mas poupem o rei por causa do seu casamento com minha filha, porque é melhor que ele seja poupado que morto.”

Depois que comeram e beberam e estavam muito embriagados, Hengist subitamente vociferou, “Nimed eure Saxes!” e imediatamente seus companheiros pegaram suas facas e, correndo na direção dos bretões, cada um o cercou e sentou próximo a ele, e houve o assassinato de trezentos nobres de Vortigern. Ao ser capturado, o rei negociou sua libertação, entregando as três províncias do leste e sul, além de outros distritos que os traidores optaram. (NENNIUS, 2003, cap. 45-46 Tradução: Adriana Zierer).

Nennius então traça a história de Vortigern e seus pecados, que também serão carregados pelos bretões. Os saxões unidos a outros invasores pagãos dominariam a Bretanha. E para Nennius, não foram vitoriosos por sua coragem ou superioridade, mas sim, devido aos pecados em que o povo bretão cometeu, grande parte deles refletido na figura de Vortigern, e desse modo, Deus teria permitido o fracasso bretão. Mas a ingenuidade de Vortigern contribuiu também para o ocorrido.

Naquele tempo, os saxões se tornavam mais fortes em virtude de seu grande número e cresciam em poder na Bretanha. Após a morte de Hengist, no entanto, seu filho Octa cruzou da parte mais ao norte da Bretanha para o reino de Kent, e dele procedem todos os reis daquela província até hoje (NENNIUS, 2003, cap. 56 Tradução: Adriana Zierer).

Eis que ocorre a primeira aparição do objeto principal de nosso trabalho, não ainda rei, mas o comandante Artur:

Então **Artur**, juntamente com os reis da Bretanha, lutou contra eles (os saxões) naqueles dias, mas **Artur mesmo era um comandante militar [*dux bellorum*]**. Sua primeira batalha foi na foz do rio que é chamado Glein. Sua segunda, terceira, quarta e quinta batalhas foram acima de um rio chamado Douglas e [que] está na região de Linnuis. A sexta batalha foi às margens do rio chamado Bassas. A sétima batalha foi na floresta de Celidon, que é Cat Coit Celidon. A oitava batalha foi na fortaleza de Guinnion, na qual **Artur carregou a imagem de Santa Maria sempre virgem sobre seus ombros; e os pagãos foram postos em debandada nesse dia** (NENNIUS, 2003, cap. 56 Tradução: Adriana Zierer).

Artur ainda não está relacionado à figura da realeza, mas já é compreendido como sendo uma figura essencial para a história da Bretanha, em primeiro momento por conta da sua proeza enquanto guerreiro, ainda não relacionado diretamente aos elementos caveleirescos. Foram no total 12 (doze) batalhas sob comando de Artur, já trazendo a ideia de sua invencibilidade; em sua décima segunda batalha, caíram em um dia novecentos e sessenta homens, e Artur sequer foi atingido. Além da sua associação com a religiosidade, que ainda não era a mais aprofundada, mas já existiam referências, que denotavam a sua importância na construção da figura de Artur, como por exemplo, a utilização da imagem da Virgem Maria no combate contra os pagãos, como pode ser observado a seguir:

E sob o poder de Nosso Senhor Jesus Cristo e sob o poder da sagrada Virgem Maria, sua mãe, houve uma grande mortandade entre eles. A nona batalha foi travada às margens da Cidade das Legiões. A décima batalha foi travada às margens do rio Tribuit. A décima primeira batalha foi realizada na montanha Agnet. **A décima segunda batalha foi no Monte Badon, no qual caíram em um dia novecentos e sessenta homens de uma investida de**

Artur e ninguém os golpeou, exceto o próprio Artur, e em todas as batalhas ele saiu como vencedor. E enquanto eles [os saxões] eram derrotados em todas as batalhas, estavam buscando ajuda da Germânia e seus número era aumentado muitas vezes sem interrupção. E eles trouxeram reis da Germânia que poderiam reinar sobre eles na Bretanha até o tempo em que Ida, o filho de Eobba reinou. Ele foi o primeiro rei na Bernícia, em Berneich (NENNIUS, 2003, cap. 56 Tradução: Adriana Zierer). (grifos nossos)

Apesar de ser curta a citação a Artur, feita por Nennius, somente no tópico 56 (cinquenta e seis) de sua obra, já podemos observar que a ainda “rústica” figura de Artur tomava forma, no sentido de servir aos habitantes da Bretanha como fonte de inspiração e esperança, seja contra os inimigos de território, ou contra os pagãos.

2.3 A História dos Reis da Bretanha (1130-1136)

Escrita originalmente em latim, *Historia Regum Britanniae*, apesar de ser literatura, também é tida como fonte histórica, com algumas ressalvas obviamente sobre os dados acerca de Arthur. É evidente a influência que a obra de Nennius exerce sobre esta, produzida no século XII. Passados três séculos e o mito arturiano não se dissipou, pelo contrário, emancipou-se, e o que Nennius temia, o esquecimento, transformou-se inevitabilidade.

Geoffrey de Monmouth, autor de *Historia Regum Britanniae*, foi um importante membro do clero no século XII, nasceu em 1100 e teve sua morte registrada em 1155, tornou-se um dos principais compositores com relação ao mito arturiano justamente com a escrita da obra que faz parte deste trabalho.

Como dito, *Historia Brittonum*, exerceu influência crucial na narrativa de Geoffrey, contudo, em nossa análise cabe ressaltar, que este realçou mais os detalhes e implementou elementos ao mito arturiano, que ainda estava em construção, aspectos que serão fundamentais na compreensão do mito arturiano posteriormente.

A obra está dividida em 12 (doze) partes, os quais detalham desde a origem da Bretanha e seu povo até o domínio saxão. O principal feito da obra no quesito em que se encaixa este trabalho, foi a inserção de Arthur na linhagem real da Bretanha, assim como de seu pai Uther.

Nos primeiros livros da obra, Geoffrey de Monmouth descreve sobre os primeiros domínios sobre a Gália⁵⁰, de Brute ou Bruto, assim iniciando a história da Bretanha. É necessário perceber como elementos fantásticos estavam inseridos na escrita de Geoffrey, ou seja, uma conotação de misticismo já podia ser observada antes mesmo da figura de Arthur.

Naquela época o nome da ilha era Albion, e nenhuma era habitada, **exceto por alguns gigantes**. Mesmo assim, o aspecto agradável da terra, com a abundância de peixes nos rios e veados em suas seletas florestas, enchia Brute e seus companheiros com um grande desejo de que morassem ali. Portanto, depois de explorar certos distritos da terra, eles expulsaram os gigantes que encontraram

⁵⁰ Gália Romana. O antigo país dos Gauleses compreendia aproximadamente o que é hoje a França e a Bélgica, e alguns territórios da atual Holanda e Alemanha.

para se refugiarem nas cavernas das montanhas e dividiram o país entre eles por sorteio de acordo com o que o duque havia concedido. Eles começam a cultivar os campos e a construir para si casas de tal maneira que, após um breve espaço, você poderia pensar que ela tinha sido habitada desde tempos imemoriais. Então, por fim, **Brute chamou a ilha de Bretanha**, e seus companheiros de **bretões**, após seu próprio nome, pois ele estava preocupado em que sua memória fosse perpetuada na derivação do nome (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008. p. 32). (grifos nossos)

Como observamos o autor tenta estabelecer uma conexão entre o místico e o histórico, de mesmo forma irá ocorrer na primeira aparição de Uther Pendragon em sua obra. No sexto livro, quinto capítulo Geoffrey insere Uther na linhagem real, o primeiro Pendragon, seria filho de Constantino III⁵¹.

Equando tudo estava pronto, puseram-se ao mar e partiram para o porto de Totnes. Imediatamente reuniram o que restava dos jovens da ilha e, atacando o inimigo, pelos méritos do bendito homem, obtiveram a vitória. Em conseqüência disso, os bretões que antes estavam dispersos acorreram a eles de todos os quadrantes, e um grande conselho foi realizado em Silchester, onde levantaram Constantino para ser rei e colocaram a coroa do reino em sua cabeça. Eles o deram também à esposa uma donzela nascida de uma nobre família romana que o arcebispo Guethelin havia criado, que no devido tempo teve três filhos, cujos nomes eram Constans, Aurelius Ambrosius e **Uther Pendragon**. Constante, o mais velho nascido, foi transferido para a igreja de Amphibalus em Winchester, para que pudesse ser admitido na ordem dos monges. Os outros dois, Aurelius, a saber, e **Uther**, ele encarregou Guethelin de ser educado (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008. p. 32). (grifos nossos).

Após a morte de Constantino iniciou-se um debate sobre quem assumiria o trono, uns defendiam Uther como futuro rei, outros Aurelis, e então Geoffrey nos apresenta uma figura que já nos era conhecida desde Nennius, Vortigern. O mesmo foi até o primeiro dos filhos de Constantino, Contans, o monge, explicando que os outros dois não eram as melhores escolhas para reinar por conta de sua jovialidade. (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008. p. 145)

Aqui então analisamos algumas alterações da escrita de Nennius e a de Geoffrey, na visão do primeiro, Vortigern teve sua primeira apresentação convidando os saxões amigavelmente para seu território, com o objetivo de fortalecer suas forças. Na perspectiva do segundo, Vortigern teria primeiro tramado contra Constante, unido especificamente aos pictos:

E depois que eles foram recebidos, ele lhes mostrou honra acima de tudo, **enchendo suas bolsas com todos os tipos de generosidades e suas barrigas com carnes e bebidas além da medida, dessa maneira, eles o consideravam um verdadeiro rei**. Conseqüentemente, eles o esperariam pelas ruas cantando canções em seu louvor, dizendo: '**Digno é o Vortigern do império! Digno é aquele do cetro da Grã-Bretanha, do qual Constante é indigno!**' Com isso, Vortigern concederia mais e mais generosidade a eles para que pudesse ser ainda mais agradável aos olhos deles (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008. p. 148) (grifos nossos)

⁵¹ Flávio Cláudio Constantino, conhecido como Constantino III, foi um general romano que se auto-declarou imperador romano do ocidente na Britânia em 407 e se estabeleceu na Gália. Reconhecido pelo imperador Honório em 409, Constantino foi forçado a abdicar em 411 depois de perder apoio político e militar.

Com êxito, os pictos mataram a Constans, e apesar de Vortigern ter alcançado o seu desejo, os participantes diretos do assassinato não sabiam certamente os anseios do então futuro rei, dessa maneira, foram tidos como traidores e decapitados. Entretanto, nem toda a população bretã acredita nas histórias de Vortigern, e pensa que tenha sido “armação” do mesmo, contudo, este agora era rei, e o medo reinava também:

Por fim, o assunto não sendo esclarecido, aqueles a quem foi confiada a criação dos dois irmãos, Aurelius Ambrosius e Uther Pendragon, fugiu com eles para a Pequena Bretanha, temendo que fossem mortos por Vortigern. Ali, o rei Budec os recebeu e os educou com a devida honra (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008. p. 149)

Uther distante preocupa Vortigern, mas não somente isso, pois os pictos descobriram sobre a trama de Vortigern e procuravam vingança contra o mesmo. E durante tal período ocorre a aparição dos saxões, e de Hengist, assim como na História dos Bretões. Uma aliança foi firmada. Após a primeira vitória, o então rei concedeu benefícios aos saxões, cedendo terras e soldados. O líder saxão mediante seus interesses comunica Vortigern acerca do interesse sobre os vizinhos inimigos:

Envia, pois, teus enviados à Alemanha e convida quem queres, e, quanto a ti mesmo, pede de mim tudo o que queres, e nenhuma negação disso deverás sofrer.' Em seguida, Hengist curvou a cabeça diante dele e lhe deu graças, dizendo: 'Tu me enriqueceste com grandes casas e terras, mas também retiveste a honra que pode supor a um duque, visto que meus antepassados foram duques em minha própria terra (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008. p. 154)

Os saxões continuariam chegando diariamente aumento sua força em território bretão, crescendo de tal forma que confundisse com o povo nativo, tentaram alertar a Vortigern a traição, entretanto o rei, cego de amor pelos saxões e suas conquistas não observou o que aconteceria. Coube ao seu pecado, seu filho Vortimer, o trabalho de expulsar os ditos bárbaros da terra cristã, a Bretanha:

Quatro batalhas campais ele lutou com eles; o primeiro no rio Derwent, o segundo no vau de Episford, onde Horsus e Catigern, outro filho de Vortigern, se encontraram, ambos caindo no encontro, um ferido até a morte pelo outro. A terceira batalha foi no litoral, quando os saxões fugiram, escapulindo como mulheres para seus navios e refugiando-se na Ilha de Thanet. Mas Vortimer os sitiou e os perseguiu dia após dia, atacando-os de seus navios. E quando eles não puderam mais resistir ao ataque dos bretões, eles enviaram o rei Vortigern, que estivera com eles em todas as suas batalhas, a seu filho Vortimer para pedir licença para partir e se dirigir à Alemanha em segurança (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008. p. 159)

Os saxões continuariam chegando diariamente, aumentando a sua força em território bretão, crescendo de tal forma que se confundissem com o povo nativo; tentaram alertar a Vortigern a traição. Entretanto o rei, cego de amor pelos saxões e suas conquistas, não observou o que aconteceria. Coube ao seu pecado, seu filho Vortimer, o trabalho de expulsar os ditos bárbaros da terra cristã, a Bretanha.

Após a morte de Vortimer, seu pai, Vortigern assume novamente o trono, e traz consigo mais uma vez os saxões, pois em seu pensamento, seu pecado, ainda estaria vivo, e para se

manter no poder necessitaria novamente da ajuda dos bárbaros. Entretanto, como já conhecemos, ele seria traído pelos saxões.

Após escapar Vortigern, procurando conselhos, feiticeiros disseram que este fizesse uma torre muito forte, mas ao achar o local adequado e construir, o solo engolia. Aparece então outro personagem que participaria do mito arturiano, em especial, durante e depois do escrito de Geoffrey, Merlin:

Ordena, ó Rei, que a piscina seja drenada por condutos, e no fundo dela tu verás duas pedras ocas e nelas dois dragões dormindo.' O Rei, acreditando em suas palavras por ter falado a verdade sobre tocar no tanque, ordenou também que o tanque fosse drenado. E quando ele descobriu que era exatamente como Merlin havia dito, ele ficou muito maravilhado. Todos os que estavam perto não ficaram menos surpresos com tal sabedoria sendo encontrada nele, considerando que ele era possuidor de algum espírito de Deus. (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008. p.169)

Antes de ser relacionado a feitos místicos, Ambrósio Merlin, como Geoffrey escreve, também tinha uma conexão com o divino, seria associado à concepção de profecia. A primeira profecia dita por Merlin, envolve um ser que aparece demasiadamente no imaginário medieval, os dragões, indicavam um presságio, e indagando a Ambrósio, o Rei dos Bretões o que estes sinalizavam: - “Ai do Dragão Vermelho, pois seu extermínio se aproxima; e suas cavernas serão ocupadas pelo Dragão Branco que denuncia os Saxões que tu convidaste para cá. Mas o vermelho significa a raça da Grã-Bretanha que será oprimida pelos brancos” (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008. p. 172). A profecia se prolonga por todo território da Bretanha indo até mesmo à constelação.

E entre tais profecias ele menciona também aos outros filhos de Constantino III, e como a Bretanha seria machada por sangue e crenças pagãs. Aurelius e Uther seriam os responsáveis por lutar pelo povo bretão e pelo cristianismo:

Duas mortes esperam por você, nem está claro qual das duas você pode escapar primeiro. Para um lado, os saxões destruirão teu reino e procurarão salvar tua morte. Por outro lado, os dois irmãos Aurelius e Uther Pendragon entrarão em suas terras buscando vingança pela morte de seu pai sobre você. Procure refúgio, se puder. Amanhã eles farão refúgio em Totnes. Os rostos dos saxões ficarão vermelhos de sangue: Hengist será morto e, depois disso, Aurelius Ambrósio será coroado rei. Ele dará paz às nações: restaurará as igrejas, mas morrerá envenenado. A ele sucederá seu irmão Uther Pendragon, cujos dias também serão encurtados pelo veneno. (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008. p. 189-190)

A ligação com a ideia de guerreiro com maestria em batalha não está presente somente em Uther ou Arthur, mas já é apresentado com Aurelius, “Pois tal coragem e intrepidez estava

no homem, que quando ele estava nas partes da Gália, ninguém se atreveu a enfrentá-lo em um combate de homem para homem. Pois quando ele tentava atacar qualquer um, ou ele derrubava seu inimigo de seu cavalo ou transformava sua lança em lascas” (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008. p. 192). E similarmente constatamos a construção de rei ideal, que posteriormente será emancipada com Arthur.

No reino de Aurelius, os saxões perderam terreno, e apesar de seu exército robusto, o rei bretão em conjunto com Eldol, venceu batalhas importantes. Matando o principal representante da força saxã Hengist. Por fim, os saxões fugiram, para onde o pensamento repentino de cada homem pudesse levar. Alguns os levaram para as cidades; outros para as montanhas da floresta, outros para seus navios (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008. p. 198)

Aurelius morre mais tarde envenenado, e Uther assume o trono. Uther Pendragon, receberia o seu sobrenome graças a sua relação aos dragões, meio pelo qual, segundo Merlin, o mesmo assumiria o trono. Posteriormente Uther em conjunto com Merlin, enganariam Igerne⁵², Uther transformaria sua aparência, para ficar igual a Gorlois⁵³, e mesmo pecaminosamente, tiveram a relação carnal, e nesta noite, assim como neste momento, Geoffrey cita pela primeira vez Arthur. A vida de Uther, assim como de Aurelius, se finda com veneno.

Após o falecimento de Uther, Arthur assume o trono aos seus quinze anos, e segundo Geoffrey era um rei querido por toda a terra, por conta de sua generosidade. E mesmo com essa idade já fez expedições contra as forças saxãs:

Por isso Arthur, pois nele o valor acompanhava a generosidade, resolveu atormentar os saxões, a fim de que, com seu tesouro, pudesse enriquecer os lacaios de sua própria casa. E aqui ele foi monopolizado por seus próprios direitos legais, visto que com direito deveria ele deter a soberania de toda a ilha em virtude de sua reivindicação hereditária. Reunindo, portanto, todos os jovens de sua lealdade, ele partiu primeiro para York. E quando Colgrin ficou sabendo disso, ele reuniu seus saxões, escoceses e pictos, e veio com uma multidão poderosa para encontrá-lo perto do rio Douglas, onde, quando a batalha chegou ao fim, a maior parte de ambos os exércitos foram passados à espada. Sem Nath, Arthur venceu o dia, e após perseguir o vôo de Colgrin até York, o sitiou naquela cidade (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008. p. 227)

Os povos germânicos, sabendo do contínuo domínio de Arthur sobre o território bretão, enviaram mais homens, para que assim pudessem fazer frente contra o poderio arturiano. Quando os conselheiros do rei souberam da expedição, decidiram recuar até a cidade de Londres, pois, talvez não tivesse força para travar uma batalha contra a multidão saxã. Em Londres, Arthur

⁵² Igraine, personagem do ciclo arturiano, era a esposa de Gorlois, o Duque da Cornualha. Igraine, irmã de Viviane, a Dama do Lago, deu à luz Morgana quando era esposa de Gorlois.

⁵³ Gorlois na época pré-arturiana era o Duque da Cornualha. ⁶⁰
Termo utilizado para referir-se aos pagãos.

convocou todos os membros da Igreja e líderes de sua lealdade, para discutir sobre qual seria a melhor forma de combater a nova invasão dos Paynim⁶⁰. Durante tal, os saxões avançavam, e sem saída os bretões tiveram que lutar, e até mesmo aceitando a morte, pois seu sangue sagrado seria responsável por lavar o solo bretão:

Imediatamente, assim animado pela benção do homem abençoado, cada um apressou-se em armá-lo para cumprir suas ordens, e o próprio Artur, fazendo sobre ele uma armadura digna de um rei tão nobre, colocou sobre sua cabeça um elmo de ouro gravado com a aparência de um dragão. Além disso, ele carregava sobre os ombros o escudo que se chamava Priwen, no qual, no lado interno, estava pintada a imagem de Santa Maria, Mãe de Deus, que muitas vezes e freqüentemente a chamava de volta à sua memória. Cingido estava ele também com Caliburn, a melhor das espadas, que foi forjada dentro da Ilha de Avalon; e a lança que embelezava sua mão direita era chamada pelo nome de Rony, uma lança alta e robusta, totalmente adequada para o abate. Em seguida, posicionando suas companhias, ele fez um forte ataque aos saxões que, segundo seu costume, eram classificados como cunhas em batalhões. (MONMOUTH, 2008. p. 232)

Neste ponto analisamos então os principais componentes do mito arturiano que serão perpetuados pela sociedade medieval. Seu elmo, em homenagem ao seu sobrenome (Pendragon), o escudo sobre seus ombros (também referido por Nennius), com a ilustração da Virgem Maria. A lendária espada *Caliburn*, a espada forjada na ilha mística de Avalon, que carregaria poderes junto consigo e levaria Arthur a conquistar os campos de batalha:

E quando grande parte do dia havia sido gasto dessa maneira, Arthur enfureceu-se com a subtribuição de sua resistência e a lentidão de seu próprio avanço, e puxando Caliburn, sua espada, gritou em voz alta o nome de Santa Maria e o empurrou para frente com um ataque rápido na mais densa pressão das fileiras do inimigo. Quem quer que ele tocasse, invocando a Deus, ele matava com um único golpe, nem uma vez afrouxou seu ataque até que matou quatrocentos e setenta homens sozinho com sua espada Caliburn. Isso, quando os britânicos viram, eles o seguiram em fileiras próximas, tratando de massacres de todos os lados (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008. p. 233)

Podemos perceber a constituição da figura de Arthur se tornando cada vez mais forte em essencial com sua relação com as questões relacionadas à Cristandade, sendo fortificado em suas batalhas pelas forças divinas cristãs, seja por Deus, seja por Maria; estreitava-se então o seu reflexo com o sagrado. E outro motivo de Arthur triunfar não foi somente pela sua crença, mas também pelos “corações fracos”, dos pecaminosos pertencentes à população saxã.

Os escoceses então entram em combate para proteger os saxões, entretanto Arthur triunfa novamente, com a vitória o rei bretão vira suas forças contra as tropas irlandesas, e os mesmos pedem misericórdia. E quando eles suplicaram ao Rei desta maneira, ele foi levado às lágrimas de muita piedade e, concordando com a petição dos homens santos, concedeu-lhes seu perdão, pois isso eles estavam dispostos a fazer. E quando eles suplicaram ao Rei desta maneira, ele foi levado às lágrimas de muita piedade e, concordando com a petição dos homens santos, concedeu-lhes seu perdão (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008, p. 236). Dito isso,

consideramos o valor do governante ideal aplicado, conforme a sua piedade, que era vista como também uma virtude, particularmente no sentido cristão.

Após os êxitos de Arthur, outro eixo do mito arturiano é narrado, Guenevere ou a rainha de Genebra, casa-se com Arthur. Posteriormente o rei bretão forma sua corte, que se tornou famosa e respeitada pelos povos do além-mar. E quando isso foi notificado a Arthur, seu coração se elevou, pois, ele era um terror para todos eles, e ele colocou seu desejo em subjugar toda a Europa a si mesmo. Navegou então para a Noruega, venceu Riculf⁵⁴ e seus guerreiros, instaurando o caos no território e expandido até a região da Dinamarca.

A Gália naquela época era governada por Flollo, que pretendia empreender resistência contra o domínio de Arthur, entretanto seu exército não foi capaz de resistir. Recuando até Paris, organizava-se para combater mais uma vez a expedição arturiana, contudo, Arthur surpreendeu Flollo e seus planos, o rei bretão sitiou a cidade. O governante da Gália, com medo que seu povo padeceria por fome e falta de recursos, desafia Arthur a um duelo individual:

Posicionando-se de frente um para o outro, e apoiando a lança em repouso, eles imediatamente esporearam seus corcéis e atacaram juntos com um choque poderoso e direto. Mas Arthur, que mostrou sua lança com mais cuidado, enfiou a mesma no peito de Flollo e, protegendo-se do golpe do outro com toda a força que pôde, derrubou-o no chão. Então, desembainhando sua espada, ele se apressou para golpeá-lo, quando Flollo, novamente em suas pernas em um instante, correu sobre ele com sua lança nivelada, e com um golpe mortal no peito de seu corcel derrubou tanto o cavalo quanto o cavaleiro. Quando os bretões viram seu rei estendido no campo, pensaram que ele estava morto e dificilmente poderiam ser impedidos de quebrar o pacto e atacar os gauleses de comum acordo. Mas antes que eles tivessem resolvido transgredir os limites da paz, Arthur estava rapidamente de pé novamente e, cobrindo-o com seu escudo, estava se adiantando apressadamente para encontrar Flollo, que estava se aproximando dele. E agora, enfrentando um ao outro de homem para homem, eles redobram o bufê em bufê, cada um empenhado em lutar até a morte. Por fim, Flollo encontrou uma abertura e atingiu Artur na testa e, se o golpe do capacete não tivesse embotado o gume de sua espada, o ferimento poderia muito bem ter sido a morte de Artur. Mas quando o sangue jorrou, e Arthur viu seu escudo e seu escudo todo vermelho com ele, sua ira aumentou ainda mais, e ergueu Caliburn no alto, com toda a sua força ele o derrubou através do elmo na cabeça de Flollo e cravo é puro em dois. Com esse golpe, Flollo caiu e, batendo no chão com os calcanhares, entregou seu fantasma aos ventos. (MONMOUTH, 2008. p. 243-244)

A Gália naquela época era governada por Flollo, que pretendia empreender resistência contra o domínio de Arthur, entretanto seu exército não foi capaz de resistir. Recuando até Paris, organizava-se para combater mais uma vez a expedição arturiana, contudo, Arthur surpreendeu Flollo e seus planos e o rei bretão sitiou a cidade. O governante da Gália, com medo que seu povo padeceria por fome e falta de recursos, desafia Arthur a um duelo individual, confiando

⁵⁴ Conhecido como o Usurpador do reino norueguês.

em sua força física. No entanto, Artur luta como um leão e o vence em duelo singular, o que demonstra no imaginário político o aspecto do rei representar um modelo de monarca ideal associado aos ideais cristãos (ZIERER, 2013).

Em seguida a tais acontecimentos, Roma cobra tributos de Arthur e dos bretões, pelo caos e dano causado, nas palavras de Lúcio, o procurador da República:

'Com muita admiração fico maravilhado com a insolência de tua tirania. Fico maravilhado, digo, com isso e com o dano que fizeste a Roma. Quando eu o recordo para a lembrança, fico comovido pela cólera por você estar tão longe de si mesmo a ponto de não reconhecê-lo, e não tem pressa em perceber o que é ter ofendido o Senado por seus atos ilícitos, embora ninguém saiba melhor do que tu que o mundo inteiro deve vassalagem a isso. Pelo tributo da Bretanha que o Senado ordenou que você pagasse, e que foi pago por todas essas idades a Caius Julius e a seus sucessores na dignidade de Roma, tu ousaste conter-te por desprezo a um império de tão elevada posição. Além do mais, arrebatou deles a Gália, arrebatou deles a província dos Allobroges, arrebatou deles todas as ilhas do mar Oceano, dos quais os reis têm prestado homenagem aos nossos antepassados desde o tempo que o poder romano fez naquelas partes prevalecer. Agora, portanto, visto que o Senado decretou exigir reparação legal de ti por acumular uma pilha tão grande de injúrias sobre eles, ordeno-te que apareças em Roma e designe o meio-dia de agosto do ano seguinte como o termo de tua aparição, ali para fazer satisfação a teus senhores e cumprir a sentença que sua justiça decretar (MONMOUTH, 2008. p. 251-252)

Contudo, Arthur considera que os romanos não temem seu exército, mas ele se serve do mesmo, e não pretende hesitar contra Roma, e não justifica isso apenas por seu domínio e poder, que refletiam em seus feitos pela Europa Medieval, mas igualmente utiliza do argumento, que se assim fosse a cobrança de tributo por danos, eles, os bretões poderiam fazer o mesmo, já que Júlio Cesar causou danos também:

O que, em verdade, não considero que tenha muito medo de nós, visto que ele o faz com causa tão irracional exige o tributo que ele deseja receber da GrãBretanha. Pois ele diz que temos o direito de dá-lo a ele, pois foi pago a Júlio César e aos outros seus sucessores, que, convidados pelas discórdias dos antigos bretões, invadiram na antiga Bretanha pela força das armas, e assim, pela violência, subjugou ao seu poder o país cambaleando como então estava com as dissensões civis. Mas, visto que foi assim que os possuíram do país, foi apenas por uma injustiça que eles se pagaram por isso. Pois nada que é tomado pela força e violência pode ser possuído com justiça por aquele que cometeu a violência. Portanto, uma causa sem razão é esta que ele pretende, pelo que presume que somos seus afluentes de direito. No entanto, se ele assim presume exigir de nós o que é injusto, vamos também, pelo mesmo raciocínio, peça-lhe tributo a Roma, e aquele que for o melhor homem dos dois leve consigo o que pediu. Pois, se for porque Júlio César e o resto dos reis romanos conquistaram a Bretanha nos velhos tempos, ele, portanto, decreta que o tributo deve agora ser pago a ele a partir daí, da mesma maneira, decreto agora que Roma deve ter o direito para me pagar tributo, visto que meus ancestrais obtiveram posse de Roma (MONMOUTH, 2008. p. 253-254)

Como visto, Arthur não tinha planos para recuar, e ao invés disso, pretendia reunir os exércitos de seus domínios. Eles (os bretões) não iriam encontrar-se com os romanos para

prestar os tributos e sim para exigir deles o que eles tinham por sentença judicial decretada para exigir dele. Em seguida, os embaixadores partem, os reis partem, os barões

partem, nem eles demoram a cumprir o que lhes foi ordenado (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008. p. 258).

Os romanos iniciaram a sua marcha contra a Grã-Bretanha, Arthur deixou a responsabilidade de defender seu território para seu sobrinho Mordred e com a rainha, Guenevere, e foi rumo ao porto de Hamo. Em sua navegação acabou adormecendo rapidamente, e teve uma visão, e em seu sono ele viu em sonho um certo urso voando no ar, ao rosnar do qual todas as praias estremeceram. Ele viu, além disso, um dragão terrível vindo voando do oeste que iluminou todo o país com o brilho de seus olhos. E quando um encontrou o outro, houve uma luta maravilhosa entre eles, e logo o dragão, saltando uma e outra vez sobre o urso, queimou-o com seu hálito de fogo e jogou sua carcaça murcha no chão (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008. p. 260). Estes animais, o urso e o dragão, estão associados a características bélicas do próprio rei Artur (ZIERER, 2013).

As aventuras não pararam por aí. Notícias corriam sobre uma criatura gigantesca na Espanha, que tinha captura a filha do duque Hoel, Helena. A donzela acabou sendo morta pelo gigante, e Arthur entrou em fúria, buscando vingança, resolveu enfrentar o ser místico sozinho. A fantasiosa batalha não foi fácil e muito menos rápida, Arthur precisou dar vários golpes até que a vida da criatura se esvaiu. A vitória de Artur contra os seus inimigos e contra gigantes, mostra a sua invencibilidade guerreira de acordo com a narrativa de Geoffrey.

Após tais aventuras, o próximo ponto que analisamos é a batalha entre os bretões e o exército que Lúcio reuniu, a princípio a força bretã estava perdendo, até que com a força dos homens de Arthur:

O que você está fazendo? ' Gritando essas reprovações e muito mais, ele avançou sobre o inimigo, jogou-o no chão, feriu-o - nunca encontrou ninguém, mas matou a ele ou a seu cavalo em um único golpe. Eles fugiram dele como ovelhas de um leão feroz loucamente faminto para devorar qualquer coisa que o acaso possa lançar em seu caminho. Nada poderia servir de armadura a eles, exceto que Caliburn iria arrancar suas almas com seu sangue (MONMOUTH, 2008. p. 284)

No entanto este massacre não seria o último em que Arthur participaria. Posteriormente Mordred, seu sobrinho, trairia a lealdade de Arthur. Nesta batalha o lendário rei bretão seria ferido mortalmente. Até o renomado Rei Arthur foi ferido mortalmente e foi levado da Bretanha para a ilha de Avalon para a cura de suas feridas, onde entregou a coroa da Bretanha a seu parente Constantino, filho de Cador, duque da Cornualha, naquele ano da Encarnação de Nosso Senhor quinhentos e quarenta e dois (GEOFFREY DE MONMOUTH, 2008, p. 292)

2.4 Lancelot: O Cavaleiro da Carreta

Ainda que não sendo um autor primordialmente voltado para os feitos do Rei Artur, deve-se colocar nesta pesquisa, a importância do escritor francês. Nascido no ano de 1130, Chrétien de Troyes, também agregou novos valores e personagens dentro do mito arturiano. O poeta francês foi um dos primeiros a escrever romances de cavalaria. Entre as suas obras mais conhecidas e que podem ser percebidas dentro do ciclo arturiano, estão dois escritos que foram adaptados e inseridos dentro do mito do Rei Artur, estes são: *Perceval ou le Conte du Graal* (1178-1181) e *Lancelote, o Cavaleiro da Carreta* (1178-1181). Dois cavaleiros que inclusive fazem parte da corte de Artur e da demanda em busca do Santo Graal.

Os dois cavaleiros que são influência direta de Chrétien de Troyes no mito arturiano, recebem funções essenciais em termos de narrativa e de modelos para a sociedade, Percival, foi um dos três cavaleiros que conseguiu aproximar-se do cálice, mas não foi eleito o cavaleiro mais puro. Lancelote, é ainda um dos principais personagens no que diz respeito à literatura bretã, sendo ofuscado por Galaaz, e também por seu Rei, Artur.

O Cavaleiro da Carreta, Lancelote é uma figura que ao se incorporar ao mito arturiano muda alguns aspectos dentro das narrativas que tem a figura de Artur como ponto central. Em primeiro ponto pois, segundo as condutas da época, Lancelote era um cavaleiro mais cortês que Artur, e era antes de seu filho (Galaaz), o principal modelo para a cavalaria. O mesmo só concordou em servir Artur, pois o Rei conseguiu lutar de igual para igual contra ele. No entanto, isso ocorreu com a ajuda de Excalibur, e Merlim, pensando dessa maneira, Lancelote era praticamente um espadachim invencível, e junto do lendário Rei e sua espada poderosa nenhum exército seria poderoso o suficiente para entrar em batalha com os mesmos.

O braço direito de Artur até então só apresentará feitos nobres, no entanto, não foi um cavaleiro perfeito ou ideal, cometendo dois pecados que lhe expulsaram da função de principal modelo para a sociedade. O adultério e a traição ao seu Rei, pois Lancelote apaixonou-se pela

esposa de Artur e a mesma demonstrou o sentimento recíproco, dessa maneira, os dois tiveram romances nas linhas literárias. E quando o Rei Artur descobre o ocorrido, a narrativa não dá ênfase no adultério somente, mas demonstra que a traição ao Rei é algo muito mais mundano, sendo assim os dois fogem e Lancelote e Artur desfazem sua aliança, no entanto nunca se enfrentaram após o ocorrido frente a frente.

2.5 Século XIII: A *Demanda do Santo Graal*

Ainda que a pesquisa esteja direcionada às obras de Nennius e Geoffrey, percebemos que é necessário fazer uma síntese sobre como o mito arturiano vai repercutir, posteriormente as primeiras produções acerca de Arthur. Original do século XIII, *A Demanda do Santo Graal* faz parte do gênero chamado Romance de Cavalaria, devido a romances escritos em versos durante o século XII.

A *Demanda* que chegou a Portugal faz parte do chamado ciclo da pós-vulgata⁵⁵, sendo assim, vai incorporar outros elementos ao ciclo arturiano, como Lancelot, Tristão e o seu protagonismo o Galahad ou Galaaz. Devemos salientar que a partir do século XII que o mito arturiano se fortalece de forma mais intensa graças à publicação desses romances.

Outro ponto que devemos dar ênfase é que Artur não é o personagem principal da obra, entretanto, na produção ele é incorporado também como rei, e cabe a ele iniciar a demanda em busca do Cálice Sagrado, para livrar a Bretanha dos pecados e vícios, tanto a população, quanto a sua corte:

Contra a noite, depois de vésperas, quando se assentaram às mesas, ouviram vir um trovão tão grande e tão espantoso, que lhes pareceu que todo o paço caía. E logo depois que o trovão deu, entrou uma tão grande claridade, que tornou o paço dois tantos mais claro que era antes. E quantos no paço estavam sentados, logo todos foram repletos da graça do Espírito Santo e começaram a olhar uns aos outros, e viram-se muito mais formosos, muito mais do que costumavam ser, e maravilharam-se muito do que aconteceu e não houve quem pudesse falar por muito grande tempo, antes estavam calados e olhavam-se uns aos outros. E eles assim estando sentados, entrou no paço o santo Graal, coberto de um veludo branco; mas não houve um que visse quem o trazia. E assim que entrou, foi o paço todo repleto de bom odor, como se todos os perfumes do mundo lá estivessem. E ele foi para o meio do paço, de uma parte e da outra, ao redor das mesas. E por onde passava, logo todas as mesas ficavam repletas de tal manjar, qual em seu coração desejava cada um. E depois que teve cada um o de que houve mister a seu prazer, saiu o santo Graal do paço que ninguém soube o que fora dele, nem por qual porta saíra. E os que antes não podiam falar, falaram então. E deram graças a Nosso Senhor, que lhes fazia tão grande honra e os confortara e abundara da graça do santo Vaso. Mas sobre todos aqueles que alegres estavam, mais o estava rei Artur, porque maior mercê lhe mostrara Nosso Senhor que a nenhum rei que antes reinasse em Logres (DSG, 1988. p. 31)

Na *Demanda*, Arthur já esboça muito do seu amor pela sua corte, lembrando que o foco da obra é romantizar os seus feitos, e tornar ainda mais fantasiosos os componentes do mito arturiano. A partida de seus cavaleiros lhe causava dor e angústia. O rei que tinha grande pesar disso, que não há homem no mundo que o imaginar pudesse, quando os viu assim estar, teve tão

⁵⁵ O *Ciclo do Pseudo-Boron*, também denominado Ciclo da *Post-Vulgata* ou Pós-Vulgata, é um importante conjunto de textos literários medievais sobre as lendas arturianas, escrito originalmente em francês entre os anos de 1230 e 1240.

grande pena que não teve força para saudá-los e aconteceu-lhe falhar o coração com grande pesar (DSG, 1988. p. 37)

Uma outra figura que é de crucial importância na atual conjuntura do mito arturiano que é mais detalhada na *Demanda*, Morgana irmã de Arthur detendo também significado maléfico, relacionado aos pensamentos diabólicos:

Depois desta visão, viu outra muito maravilhosa, que lhe parecia que via diante de si Morgana, irmã de rei Artur, muito feia e muito espantosa, tanto que bem lhe parecia que então saíra do inferno; e não trazia vestimenta nenhuma do mundo, fora uma pele de lobo que a cobria muito mal. Ela gemia tão doridamente, como se estivesse ferida. E Lancelote, que bem a conhecia por Morgana, olhou-a e viu que andavam em sua companhia mais de mil diabos e cada um punha a mão nela para a pegar melhor (DSG, 1988. p. 126)

Além desta, o cavaleiro mais próximo de Artur, o seu ombro direito em governo e em batalhas, Lancelote também é referenciado. Lancelote equiparava-se a Artur em termos de combate, mesmo seu rei portando a sua lendária espada. É um cavaleiro cortês e que posteriormente irá alimentar um caso com a sua rainha, Guenevere, esposa de Artur.

Artur não é o personagem principal, pois não participa mais das aventuras em que seus cavaleiros são mandados, como a busca do cálice sagrado. Cabe a ele o papel do monarca ideal, que alimenta a glória da Bretanha. O foco da obra é trabalhar a corte de Artur e o papel religioso como principal aspecto de um bom cavaleiro, pois somente os que detinham maior fé e fossem puros de coração alcançariam ao Santo Graal⁵⁶.

Os três personagens que podemos considerar principais são aqueles que encontram o Santo Graal, pois é o fio principal na tessitura do texto; sem o cálice sagrado não existiria a demanda. Galaaz, Persival e Boorz foram aqueles não cederam às tentações mundanas e alcançaram o Santo Graal. Galaaz é o modelo mais cristianizado e ideal, com relação aos dogmas cristãos e servia como modelo ideal para os outros cavaleiros na *Demanda*. Entretanto, apesar de ter encontrado o Santo Graal, não poderia retornar:

- Pensas se voltarás ainda ao reino de Logres ou se o santo Vaso lá voltará. Eu te digo que jamais voltarás ao reino de Logres, nem Persival, mas Boorz voltará; e jamais o santo Graal, que tanto bem fez no reino de Logres, voltará lá, porque não o veneraram lá nem serviram como deveriam, e, por quanto bem dele tiveram, muitas vezes, não deixaram de pecar; por isso serão privados dele de modo que jamais o terão (DSG, 1988. p. 346)

⁵⁶ Santo Graal é geralmente a designação do vaso ou cálice sagrado que foi utilizado por Jesus Cristo na Última Ceia. Na literatura, José de Arimateia colheu o sangue de Jesus durante a crucificação, entretanto a origem do Santo Graal é muito anterior ao cristianismo, o Graal já existia entre os Celtas, através do simbolismo do caldeirão da abundância, isto é, um caldeirão do qual a comida nunca acabaria.

Ao final da obra Galaaz morre, e com isto acontece um grande momento, que mostrava sua pureza e seu valor para Deus:

Tão logo ele morreu, aconteceu uma grande maravilha, Boorz e Persival viram que veio do céu uma mão, mas não viram o corpo de quem era a mão, e tomou o santo Vaso e levou-o para o céu com tão grande canto e com tão grande alegria, que nunca alguém viu mais agradável coisa de ouvir, assim como nunca houve quem na terra depois pudesse dizer com verdade que alguma vez também viu. Quando Persival e Boorz viram que estava morto Galaaz, tiveram tão grande pesar que não puderam maior, e se não fossem tão bons homens e de vida boa como eram, cairiam em desespero, tanto tiveram grande pesar. O povo da terra também teve muito grande pesar, porque era de vida muito boa e porque fora muito bom rei e porque os mantivera em sua honra e honra da terra (DSG, 1988. p. 349).

Ao final da obra, Artur e sua corte acreditam que os três que vislumbraram o Santo Cálice pereceram, e que isto foi fruto do pecado dos bretões, pois ainda que tenha havido dias de glória, os bretões não serviram fielmente a Deus. O fim de obra reflete também sobre o misticismo por detrás da morte de Artur, que foi levado por sua irmã em um barco, para a suposta ilha de Avalon.

Percebendo as representações já citadas nas obras, agora deveremos discutir e analisar o seu papel na História, pois ainda que literariamente Artur influenciou em aspectos históricos, e os contos que compõem as narrativas sobre suas façanhas fazem parte da História bretã de modo irreversível; discutiremos sobre isso então no próximo capítulo

3 CAPITULO: MITO ARTURIANO ENTRE A LITERATURA E A HISTÓRIA.

Como discutimos anteriormente, a figura de Arthur precede a escrita, baseando-se em figuras de guerreiros e reis que precederam o que conhecemos por literatura e historiografia. Dessa maneira, primeiro percebemos como configuram-se os mitos e como tais exercem influência direta sobre a humanidade; talvez o tempo tenha feito com que caíssem em esquecimento, mas o mito arturiano transpassa a nossa concepção de tempo e para alguns transforma-se em um ideal.

Dito isto, a ideia de mito arturiano constitui-se e transfigura-se na tênue linha em que estabelece entre a Literatura e a História. Os pontos mais relevantes a serem levantados sobre a influência do mito arturiano na história estão relacionados aos interesses políticos, assim como os religiosos.

3.1 A primeira fase mito arturiano e sua utilização

A figura de Arthur e sua corte de cavaleiros foram utilizadas para interesses políticos na Europa Ocidental na Idade Média. A primeira relação histórica do mito arturiano ocorre quando os saxões invadem o território bretão, historicamente os embates ocorreram por território, entretanto a figura de Arthur é inserida apenas na literatura. Essas batalhas tendo sido reais ou não, pouco depois no século VI é relatado o domínio saxão sobre o território da Bretanha.

Ainda que posteriormente Roma tomaria o poder na Grã-Bretanha, alguns costumes seriam mantidos, como algumas línguas de origem céltica, deixando assim origens culturais que resguardariam o mito arturiano. Ainda sobre a posse de Roma, construíram um muro para evitar ataques dos escotos e pictos e saxões, o Muro de Adriano, que é citado nas obras de Nennius e Geoffrey de Monmouth, este segundo detalha sobre os aspectos das invasões, remetendo à figura de Vortigern e posteriormente Uther.

Com a desagregação do Império Romano do Ocidente, os bretões não tinham modos para defender-se, e se refugiaram na Armórica (ou Pequena Bretanha) no norte da França.

Outros foram para o País de Gales. E então emanciparam-se as lendas arturianas, percebendo também que os dois autores que trabalham nesta pesquisa são originais deste território.

Como não podiam expulsar os novos povos que aos poucos dominavam seus territórios, a população bretã constituía fabulas que explicavam o motivo dos acontecimentos de modo mágico. Surge então uma figura de esperança vinculada a Artur, com um poder lendário, que traria a glória a Bretanha e unificaria os povos que ali habitavam.

A lenda a princípio transferiu-se de modo oral, graças aos bardos, e poetas, que tinham o papel de transmitir as tradições célticas, com o intuito de preservá-las. Com o passar do tempo e com alterações nos contos, o mito pode então ser usado para o interesse dos grupos das camadas mais altas da Europa Ocidental (ZIERER, 2013, p. 156).

A figura de Artur fundamenta-se provavelmente a partir de diversos guerreiros em tempos distintos que foram resistentes ao domínio saxão. Mas é crucial perceber que o mito, servia de esperança no futuro e na concepção de retorno de Artur, para derrotar os inimigos, auxiliando-os a serem uma unidade e acreditarem na vitória (ZIERER, 2013, p. 200).

3.2 Religião e Artur

Os aspectos cristãos estão presentes no mito arturiano já na produção atribuída a Nennius, ao observarmos o século V, apesar de não termos muitas referências históricas, uma em especial é sempre referenciada, como trabalhada no primeiro capítulo deste trabalho, a invasão saxã. E quando nos deparamos com sua relação ao mito arturiano, tal acontecimento não ocorre só em projeções de controle territorial, mas também tornou-se um insulto para a população bretã, pois aquela era uma terra sagrada, e a população saxã, era pagã.

Nennius, por ser um clérigo bretão tenta destacar os aspectos religiosos da população bretã desde suas origens, e como exemplo maior para o povo, ele relaciona Artur a percepções cristãs e este seria o principal defensor do território. Ainda que escrita por volta do ano 800, nota-se que houveram modificações na narrativa original até o século XIII. Dessa maneira, observamos que existe uma conotação voltada para uma orientação mais religiosa, que não só se fixaria na figura de Artur.

Nesse sentido, percebe-se que seguindo uma cronologia de época, Nennius se preocupa em dar início a narrativa seguindo a genealogia bíblica, começando desde Adão, procurando sempre relacioná-la com a contagem do número de anos passados, numa tentativa comum da época de controlar o tempo e associá-lo à temporalidade cristã da salvação (GUREVITCH, 1990, p. 88).

Outro ponto que examinamos como plano no enredo de Nennius, é o papel da conversão ao cristianismo, que ocupa uma função de destaque na obra. Acerca disso, os pecaminosos seriam os culpados, também pelos momentos ruins em que a Bretanha passaria, como por exemplo, o monarca lendário entre os anos de 425 e 450, Vortigern. Sendo ele rei ou não também seria julgado segundo a justiça divina, pois aqueles que não serviam ao Senhor, deviam pagar. Vortigern seria responsável por uma série de negligencias com relação ao seu território cristão, assim como de sua fé.

Vortigern teria sido responsável por receber os saxões, que posteriormente dominariam o território, fazendo uma analogia a História da Bretanha. Assim como apaixonaria-se por uma pagã, casando-se. E tais atitudes não seriam as mais graves aos olhos de Deus e da Igreja, ele praticaria uma ação ainda pior, o incesto. Casou-se pela segunda vez com sua própria filha, com quem gerou um herdeiro, nascido do pecado. Segundo as pessoas da época tais ações do rei bretão justificariam o posterior domínio dos bretões pelo povo saxão. E as atitudes de Vortigern teria arrastado todos os bretões ao paganismo.

Nesta época, São Germano, notável por suas numerosas virtudes, veio pregar na Bretanha: por seu ministério muitos foram salvos; mas muitos do mesmo modo morreram não convertidos. Dos vários milagres que Deus permitiu-lhe fazer, devo aqui mencionar apenas alguns: primeiro devo advertir para aquele concernente ao iníquo e tirânico rei Benlli. O santo homem, informado de sua má conduta, apressou-se em visitá-lo, com o propósito de admoestá-lo. Quando o homem de Deus, com seus seguidores, chegou ao portão da cidade, foram respeitosamente recebidos por seu guardador, que saiu e os saudou. (NENNIUS, 2002. cap. 32) (Tradução Adriana Zierer)

Em contraponto com o tirânico, São Germano é uma figura santificada que tenta convencer o monarca de que suas ideias estavam equivocadas, tentando mostrar o bom caminho e mudar seus pensamentos, contudo, não obteve êxito. Historicamente o cristianismo na Bretanha foi inserido entre os séculos III e IV por missionários como Santo Albano, e mais tarde com o próprio São Germano.

No que toca a obra de Geoffrey, Artur ainda teria conotações semelhantes as tratadas em *História dos Bretões*, contudo, sob os interesses dos anglo-normandos, Arthur seria também um rei cruzado, que travaria batalhas não somente contra inimigos invasores, mas contra todos os pagãos que quiserem pisar na Bretanha.

Em ambas as obras se destaca a superioridade bélica de Artur com participação essencial de símbolos cristãos, a exemplo, a imagem da Virgem Maria ajudando o comandante ou rei, a vencer suas batalhas. Geoffrey vai descrever se forma mais lúdica o armamento de Artur, e fica claro que o lendário rei, além de ater-se a aspectos cristianizados, continuava associado ao misticismo celta, associado diretamente a sua espada, produzida na ilha da Avalon.

A questão da guerra contra os pagãos saxões é evidenciada por Dubrício, o arcebispo da Cidade das Legiões que discursa antes do conflito: “Quem quer que morre por seus irmãos se oferece a Deus como uma hóstia e não hesita em seguir Cristo, que julgou bom dar vida pelos seus irmãos” (MONMOUTH, 2008, p.208)

A Igreja Católica posteriormente e gradativamente vai cristianizando a narrativa arturiana, em especial, quando falamos de *A Demanda do Santo Graal*. Dessa forma, percebemos que não só a literatura influi na história como o contrário acontecerá, percebendo que sempre haverá nessa relação uma conversação mútua. Na obra do século XIII, em que o

principal ponto do enredo é a procura pelo cálice sagrado, é nos mostrada a figura do cavaleiro puro, virgem e sem pecado algum, Galaaz. E ainda nesta obra, onde Artur não é protagonista, este é nos mostrado como um rei pecaminoso:

Quando o rei viu seus homens em tal dificuldade, suspirou pelos da mesa redonda e esporeou o cavalo e foi feri-los com grande sanha e com grande desejo de vingar seus homens que via diante de si matar. E topou com um parente de rei Mars e deu-lhe tal lançada, que o meteu morto a seus pés. Os brados foram grandes, porque os de Cornualha reconheceram que aquele era' rei Artur e deixaram-se ir a ele mais de vinte. E ele meteu mão à espada, que era boa e bem cortadora, e ele era muito corajoso e muito forte e defendia-se tão bem e tão valentemente que diziam bem quantos o viam que aquele era rei Artur, e seus inimigos também o louvavam e prezavam muito, tanto o viam bem defender-se. Muito fizera rei Artur aquele dia com as armas, mas lhe ia mal, pois seus homens eram tão poucos, que não apareciam entre os outros. (DSG, 1988. p. 254)

Podemos observar também a preocupação que Artur tinha com sua corte de cavaleiros, prezando pelos mesmos com sua vida, e outro símbolo que denota a importância da corte para Artur é a própria Távola Redonda, que significaria, que não existiam diferenças entre ele, Artur e seus cavaleiros, sendo eles os mais puros, ou os que ainda tinham pensamentos pecaminosos, sendo assim, um símbolo religioso e político.

3.3 Política e Artur

A obra de Nennius, *Historia Brittonum*, seria apropriada no século XII pela dinastia que controlaria a Bretanha, a anglo-normanda, que iniciou seu domínio em solo inglês no ano de 1066. Se na escrita de Nennius, Artur foi somente um *dux bellorum*, em sentido paralelo aos anseios da Inglaterra anglo-normanda, Geoffrey de Monmouth escreveria, este trabalhava com a visão dos interesses dos novos dominadores.

Ainda influenciado sobre a narrativa de Nennius, em *Historia Regum Britanniae*, Geoffrey de Monmouth, ainda retrata Artur como invencível, mas não seria somente um comandante militar, sob a escrita de Geoffrey, Arthur se tornaria um rei cristão invencível, conquistando em totalidade, trinta reinos, e sendo capaz de subjugar o próprio Império Romano, que antes obrigava-os a pagar tributos.

O principal foco da História dos Reis da Bretanha é o enaltecimento do povo bretão, no sentido de realizar uma história genealógica, sendo assim, oficializando e legitimando os grandes senhores normandos, e logo após a dinastia dos Plantagenetas. A obra foi um pedido da corte de Henrique I (1100-1135), o avô de Henrique II e então o rei da Inglaterra. A obra é

dedicada ao conde Roberto I, ⁵⁷o filho ilegítimo de Henrique I (MONMOUTH, 1995, p.26), e foi finalizada somente após a sua morte, já sob o governo de Estevão de Blois (1135-1153):

Com a morte de seus herdeiros masculinos e após a morte de Henrique, o trono deveria passar para sua filha Matilde, casada com o conde de Anjou, Godofredo Plantagenta, mas foi usurpado por Estevão de Blois (1135-1153). A guerra foi deflagrada entre as duas partes, sem que o trono fosse recuperado, mas houve o acordo de que com a morte de Estevão o descendente de Matilde, Henrique II, assumiria o trono, o que ocorreu em 1154. A utilização da obra foi realizada com sucesso por Henrique, após o fim da guerra civil, tanto que mandou traduzir para o vernáculo no ano seguinte a que se tornou rei. (ZIERER, 2013, p. 201)

Geoffrey não se atém a aspectos ligados aos fatos históricos, e não é interesse seu fazê-lo, usando de modo desobrigado suas fontes (Gildas e Nennius), sem ser fiel ou honrar o conteúdo de ambas. O texto tem por pretensão exaltar o passado da Bretanha e seu povo, relacionando-os aos normandos, estes que pretendiam estreitar-se ao máximo da linhagem bretã e de seu mais respeitado representante, Artur.

Ademais, existe uma importante ligação entre Rolando e Arthur Pendragon. O herói da canção de gesta proveniente da região francesa, pode ter sido um estímulo para a inserção de Arthur na linhagem real, pois os anglo-angevinos⁵⁸, desejavam dar uma resposta literária ao monarca francês, apresentando um personagem ao nível de *A Canção de Rolando*⁵⁹. A figura que protagoniza a produção francesa está associada a Carlos Magno e conseqüentemente à dinastia capetíngia (DUBY, 1982, p. 313 e p. 317). Nesta obra apenas o monarca seria capaz de deter os pagãos de dominarem o continente Europeu.

Neste período em que o poder régio torna-se cada vez mais forte em solo francês, os reis da Bretanha, eram ao mesmo tempo vassalos da monarquia francesa e ostentam um personagem tal encantador como o guerreiro Rolando para fazerem frente ao seu senhor. Artur também é um guerreiro adepto a cristandade, e ainda é um rei, um governante perfeito, associado na narrativa à linhagem normanda (ZIERER, 2013, p.173)

E em confronto direto ao domínio francês, Geoffrey retrata a força de Artur de tal maneira, que ele simbolicamente foi capaz de vencer o soberano francês Frollo, um tribuno romano, que foi governador da Gália que o havia desafiado (MONMOUTH, 1995, p. 217). Ao analisarmos isso, compreendemos que a dinastia normanda queria satisfazer ao máximo a população, assim como seus interesses, ao abraçar uma de suas essenciais mitologias, e junto disso, demonstrar sua força também nesse campo para a França.

⁵⁷ Roberto provavelmente era o *filho* bastardo mais velho de *Henrique I*. Ele nasceu antes de seu pai se tornar rei na Inglaterra.

⁵⁸ O termo para referir os territórios sob controle de Henrique II e seus descendentes é utilizado pelo menos uma vez desde o século XII, no *Dialogus de Scaccario* de Richard fitz Nigel, surgido por volta de 1179.

⁵⁹ Canção de gesta composta no século XI, que se referia a um fato real da Alta Idade Média, a morte de Rolando, sobrinho de Carlos Magno na Batalha de Roncesvalles, contra os muçulmanos.

Para além, a narrativa de Geoffrey de Monmouth destaca que após nove anos de luta entre Frolo e Artur, o rei bretão submeteu toda a Gália ao seu poder e reuniu as Cortes em Paris, local usado tradicionalmente como seda da monarquia francesa. Isso significou uma demonstração de poder sem igual, um momento simbólico para fortificar a ideia de que os anglo-normandos eram mais poderosos que os governantes do território francês.

Visando disseminar ainda mais a obra, Henrique II (1154-1189), após o seu casamento com Leonor da Aquitânia⁶⁰, mediante a herança e o casamento aumentou os feudos de seu domínio em território francês, pois, possuía mais territórios na França que o próprio rei Luís VII (1137-1180) e ordenou para que a produção de Geoffrey fosse traduzida em versos para o vernáculo, pelo normando Robert Wace⁶¹, o *Roman de Brut* (1155) para que fosse lida como uma espécie de modelo de conduta em sua corte.

Artur por conta da traição de seu sobrinho Mordred, que rouba seu trono enquanto deus tio estava em uma expedição em Roma. Artur é letalmente ferido, e é enviado a Ilha de Avalon para curar-se. Não sabendo se um dia retornaria.

Curiosamente em 1195 sob o patrocínio do Plantageneta, que morreu pouco antes do evento, foram forjadas na Abadia de Glanstonbury as descobertas dos túmulos de Artur e Guenever. Os novos dominadores queriam provar aos bretões que Artur e não voltaria mais e que eles governariam a ilha indefinidamente (ZIERER, 2013. p. 175)

É crucial perceber que o mito arturiano serviu aos interesses de diversos grupos dominantes durante o período medieval. Em meados do século XIII com a centralização do poder na maior parte da Europa Ocidental tornou-se interessante para os monarcas a valorização e emancipação dos ideais arturianos, com relação ao tratamento da nobreza, nas obras. Paulatinamente com a introdução dos romances de cavalaria, como *A Demanda do Santo Graal*, outros elementos se tornam importantes, assim como Arthur. Artur Pendragon passou a ser valorizado com relação as aventuras nobres, onde pode mostrar, outro aspecto que estaria sendo composto, o heroísmo.

As obras mais próximas do século XIII, propagaram as condutas de cortesia, sendo isto, normas de comportamento específicos entre os membros da nobreza, surgindo a princípio nas cortes feudais. As principais qualidades de uma pessoa cordial, eram, a lealdade, fidelidade, bondade, gentileza, felicidade, honra e glória. Ainda que presumindo riqueza, negava-se a luxúria e o lucro, sendo considerados pecados.

⁶⁰ Leonor da Aquitânia (1122 — 1 de abril de 1204) foi uma das mulheres mais ricas e poderosas da Idade Média, tendo sido Duquesa da Aquitânia e Condessa de Poitiers (1137-1204) por seu próprio direito (*suo jure*). Ela foi ainda rainha consorte da França (1137-1152), como esposa de Luís VII, e depois da Inglaterra (1154-1189), como esposa de Henrique II, além de ter sido matriarca da dinastia plantageneta, que governou a Inglaterra entre 1154 e 1485. Era a filha mais velha de Guilherme X da Aquitânia, a quem sucedeu em 1137, e de Aenor de Châtellerauld.

⁶¹ Wace, também conhecido como Guace ou Wistace, é um poeta normando conhecido na história da literatura por suas duas maiores obras: o *Roman de Brut* e o *Roman de Rou*.

Em tais narrativas, a figura do rei está subjugada à sua corte, que naquele momento é vista como instituição social mais importante. Desta maneira, a nobreza apresentou uma imagem que desejava impor à sociedade medieval; a cavalaria como principal instituição de atuação social, demonstrada como mais poderosa que a monarquia.

A quando citamos a cavalaria no século XIII é essencial pensar também no papel político que exerceu a escrita de Ramon Llull⁶², *O Livro da Ordem de Cavalaria*, que também se relaciona ao mito arturiano, no sentido de analisarmos o comportamento dos cavaleiros e as normas de conduta que regiam a ordem de *bellatores*:

[...] tu não sabes qual é a regra da Ordem de Cavalaria? E como tu podes aspirar à Cavalaria se não tens sapiência da Ordem de Cavalaria? Pois nenhum cavaleiro pode manter a Ordem que não sabe, nem pode amar sua Ordem, nem o que pertence á sua Ordem, se não sabe a Ordem de Cavalaria, nem sabe conhecer as faltas que são contra a sua Ordem (LLULL, 2000, p.9)

A intenção de Llull era valorizar a conduta cavalheiresca, assim como modificar o pensamento daqueles cavaleiros que tinham caídos nos vícios mundanos. Cada um de seus capítulos contém um objetivo que deverá ser cumprido pelos cavaleiros. O primeiro mostra a função que os cavaleiros têm na sociedade feudal; o segundo mostra os ofícios da Ordem de Cavalaria que devem ser praticados com o intuito de manter a justiça e equilíbrio social; o terceiro descreve sobre quais são os atributos que os homens devem ter para se tornarem cavaleiros; o quarto apresenta o ritual de investidura para o guerreiro ser introduzido na Ordem; o quinto narra sobre os significados das armas utilizadas; o sexto dá ênfase aos vícios e pecados que a cavalaria deve evitar e quais são as virtudes a serem buscadas e enaltecidas e, o sétimo e último, retrata a honra que a sociedade deveria conceder aos cavaleiros.

Apesar de tais ideias relacionadas a Artur darem forças à cavalaria e à nobreza, na realidade ocorria o contrário, mesmo com a tentativa literária de ascender novamente o poder nobre, o poder do rei se fortalecia, e novas camadas sociais emergiam, como comerciantes e banqueiro. Nesse sentido os romances arturianos, empenhavam-se em demonstrar a qualidade dos cortesões contra os vilões, sendo estes, todos aqueles que não faziam parte da nobreza.

Nas narrativas, os vilões são retratados como grosseiros, mal-educados e covardes, e tais perspectivas se distanciava demasiadamente dos campos. Mesmo não dando a visibilidade requerida pela camada nobre, a difusão dos ideais arturianos em torno da cavalaria, revigoraria a figura régia. O rei passava então, a vincular a sua figura à liderança da nobreza, pois, o mesmo seria o ser mais próximo da perfeição entre os homens e também à figura divina. Além do mais,

⁶² Raimundo Lúlio ou Raimundo Lulo, nasceu em 1232 e morreu em 1316, foi o mais importante escritor, filósofo, poeta, missionário e teólogo da língua catalã. Foi um prolífico autor também em árabe e latim.

ao ser concatenado a Arthur Pendragon, teria qualidades, como força, maestria em batalha, sobriedade e justiça.

Podemos ainda perceber a influência do mito arturiano em terras portuguesas, onde chegou por volta também do século XIII, ao ser trazido por Afonso III, rei que foi responsável por depor o irmão, e posteriormente a isso, utilizou-se dos ideais trazidos pelo mito arturiano para fortalecer o seu reinado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhamos com o mito arturiano como sendo elemento que não apenas está no sentido de representação da figura de Arthur, mas também de sua corte, e igualmente da visão de seus autores. O mito aqui referido exerce funções literárias e históricas, que assim como o mito arturiano retrocede as origens no sentido de compreender a feitura dos acontecimentos que precedem a humanidade. Ou seja, podemos afirmar que o mito arturiano, exerce influência em aspectos especialmente políticos e religiosos, pois a uma gama de informações aqui reunida que comprovam tal afirmação. De mesma maneira, podemos perceber que os elementos que fazem parte da composição do mito arturiano são alterados conforme o tempo e o território.

A História dos Bretões e A História dos Reis da Bretanha trabalharam a representação do mito arturiano, e parte do seu imaginário composto. Utilizando de aspectos presentes em suas sociedades para modificar alguns significados dentro do mito, apresentando-os em suas respectivas épocas, Nennius e Geoffrey de Monmouth participam da confecção do ciclo arturiano associado a figura de Artur a aspectos cristãos e militares, mas de mesmo modo, estavam preocupados em retratar seus interesses nas obras, como reflexo de seus pensamentos pessoais, referente aos seus interesses.

Pelo tempo e contexto da produção, além das limitações impostas pelas fontes, a narrativa de Nennius preocupa-se com uma teórica história, baseada em “fatos” que pareciam verídicos no seu ponto de vista. Além do mais, atende ao seu interesse de relatar acontecimentos na Bretanha, cujo tiveram relação, segundo o mesmo, aos pecados de seu povo. Como mostramos Artur aparece no escrito de Nennius, embasado em figuras anteriores e que servira de influência para os ideais que Artur carregaria posteriormente. Ainda que a participação de Artur seja breve durante a produção, já observamos a formação de um ser poderoso, místico e cristão.

A sua emancipação nos séculos que sucederam, demonstra como o âmbito medieval tinha interesse de usar de sua figura para interesses próprios, seja para denotar a força bretã em combate, ou para mostrar que a Bretanha também representará a cristandade. As invasões dos saxões e sua referência dentro da obra, mostram a necessidade que a sociedade, representada na

escrita de Nennius, tinha de reconquistar a sua glória, combatendo sem fracassos o exército saxão, e também o paganismo que se deslocava em conjunto com esses até a Grã-Bretanha.

Ao escrever sobre Arthur, Geoffrey de Monmouth modifica algumas estruturas que antes não faziam parte do mito arturiano. A representação de Arthur segundo sua ótica recebe novas conotações e ele lhe agrega novos valores, que serviram de interesse para o mesmo e para o meio onde se localizava. Ao pensar nesse mito arturiano no século XII, Geoffrey o compõem em acordo com os interesses do então rei bretão, Henrique I, como modo de enaltecer o domínio anglo-normando, mas sem excluir os bretões da história.

Artur antes apenas um comandante militar, transformar-se-ia em rei Arthur Pendragon. Ainda tentando dar um aspecto histórico, Geoffrey de Monmouth, insere a figura do pai de Arthur, Uther, como sendo um dos filhos de Constantino III. Arthur rei, seria então o símbolo máximo de tentativa de hegemonia anglo-bretã, pois como influência ainda de Nennius, Artur ainda carregaria poderes místicos, em especial relacionados a Caliburn, contudo, sua figura também seria ainda mais cristianizada, sendo um rei devoto, e um modelo ideal de governante, imbatível, sóbrio e hegemônico.

Constata-se então que as duas obras conversam entre si, e em nada confrontam suas ideias, mas sim Geoffrey apenas acrescenta, com o sentido de servir a um senso religioso e político de sua era. Observamos assim a real relação de história e literatura associadas ao mito arturiano, ambas as vezes se mesclam ou se comunicam, sendo alteradas a medida dos interesses das sociedades e do tempo, mas também exercendo influência sobre acontecimentos e disputas históricas, assim como, sendo comparação para poderes de território.

Assim sendo, podemos afirmar que o mito arturiano, modificando-se ou não, regendo sociedades, ou sendo reféns das mesmas, continuará existindo, pois, o ideal que é essencial para sua compreensão é a ideia de esperança, que está inerente as sociedades e às obras nas quais é referido, dos Entes Sobrenaturais e suas origens, a humanidade e suas continuas transmutações, o ideal não se perde, apenas modifica-se de acordo com que o representa ou o escreve.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

CrônicaAnglo-saxônica. In: TAYLOR, Robert Brian e PAES FILHO, Orlando. Anglo-saxões. Universo Angus São Paulo: Planeta, 2004, p. 46-69

GEOFFREY DE MONMOUTH. **Historia Regum Britanniae.** Tradução de Sebastian Evans. Londres: Aldine House, 2008.

GEOFFROY DE MONMOUTH (ou Geoffrey de Monmouth). **Historia Regum Britanniae** (Historia de Los Reyes de Britania) (HRB). Madrid: Editora Nacional, 1984.

MEGALE, Heitor (Ed.). **A demanda do Santo Graal.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

NENNIUS. **História dos Bretões.** Trad., apresentação e notas de Adriana Zierer. In: COSTA, Ricardo (Org.). **Testemunhos da História.** Documentos de História Antiga e Medieval. Vitória: EDUFES, 2003, p.209-253. (tradução disponível na Internet: <http://www.ricardodacosta.com/nennius.htm>).

Estudos

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal.** Lisboa: Edições 70, 1987ELIADE, Mircea. **Mito do Eterno Retorno.** São Paulo: Mercuryo, 1992.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BRUNEL, Pierre. (Org.) **Dicionário de Mitos Literários.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: ____

(org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Ed. Unesp, 1992. p. 327-348.

CHRÉTIEN DE TROYES. **O Cavaleiro da Charrete** In: Romances da Távola Redonda. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DELUMEAU, Jean. **Mil Anos de Felicidade. Uma História do Paraíso.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- DUBY, Georges. **A Sociedade Cavaleiresca**. Tradução: Antônio de Pádua Danesil. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- DUBY, Georges. **As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
- ECO, Umberto. **Sobre os espelhos e outros ensaios**. Trad: Beatriz Borges. R.J., Nova Fronteira, 1989.
- ELIADE, Mircea. **Mito do Eterno Retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade média: nascimento do ocidente**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- GARCIA, Eliana. **Ensaio Arturianos – A Matéria da Bretanha nos Séculos XII e XIII**, Rio de Janeiro: PUC, 2003.
- GUREVICH, Aron. **Los Orígenes del Individualismo Europeo**. Barcelona: Crítica/ Grijalbo, 1997.
- LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- _____. **Literatura e Significação**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1973. VAINFAS, História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, RONALDO. **Domínios da História**. R.J: CAMPUS, 1997.
- PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RAMON LLULL. **O Livro da Ordem de Cavalaria (1279-1283)**. Tradução de Ricardo da Costa. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2000.
- SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2006, v.2.
- SOUZA, Neila. **Em Nome de Deus: Cavalaria, Igreja, Pecado e Salvação no Ocidente Medieval (Séc.XIII)**. São Luís: Café & Lápis; FAPEMA, 2015.
- ZIERER, Adriana; BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. **Cavalaria e Nobreza: entre a história e a literatura**. Maringá: Eduem, 2017.

ZIERER, Adriana. **Da Ilha dos Bem-Aventurados à Busca do Santo Graal: uma outra viagem pela Idade Média.** São Luís: Ed. UEMA, 2013.

ZIERER, Adriana (Org.). **Uma viagem pela Idade Média: estudos interdisciplinares.** São Luís: Editora UEMA, 2010.